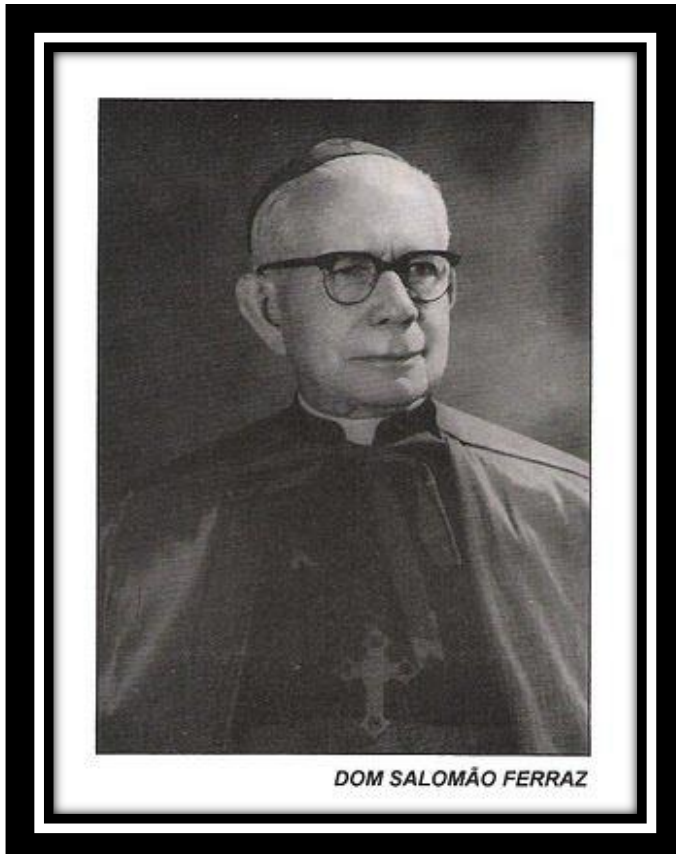


DOM SALOMÃO FERRAZ E O ECUMENISMO



Pesquisa e coordenação: Dom Raimundo Augusto de Oliveira
Bispo da Igreja Católica Apostólica Independente de Tradição
Salomoniana de Feira de Santana Bahia

(domaugustoabade@yahoo.com.br)

Digitação: Ingrid Nunes Coutinho

Revisão: Missionária Andrea Ferreira (ICAI-TS) Feira de Santana-Ba

APRESENTAÇÃO

A biografia de Dom Salomão Ferraz, apresentada neste trabalho, foi o fruto de uma atividade de pesquisa em inúmeras fontes: cartas do biografado, escritas principalmente a seu progenitor, nos tempos de estudante e no início de seu pastorado; livros de atas das Igrejas nas quais exerceu suas atividades; cartas recebidas e escritas a pessoas de suas relações; atas dos Concílios da Igreja Episcopal Brasileira, notícias e artigos publicados nos jornais evangélicos e seculares; depoimentos de pessoas com as quais o biografado privava; nossas observações pessoais e, finalmente, os dados contidos na parte que restou de seu diário, no qual registrava, todos os dias, suas atividades e seus pensamentos: Através desta pesquisa foi possível recompor seu itinerário ao longo de um sacerdócio de 68 anos, embora com omissão de alguns detalhes.

Não nos foi possível contar com as informações contidas em mais de uma centena de cadernos de seu diário, pois, com a transferência de Dom Salomão para a Igreja Católica Romana, foram, segundo consta, incinerados para “apagar o passado e iniciar uma vida nova”, no entender dos clérigos desta Igreja.

Iniciamos a elaboração do trabalho com a intenção de colher subsídios para a comemoração do primeiro centenário de seu nascimento, a 18 de fevereiro de 1980. Comemorado este evento por muitas Igrejas, sobretudo as Episcopais, Metodistas e da Ordem de Santo André, imaginávamos que sua biografia não despertaria maior interesse da parte do público, mesmo nos meios religiosos.

Em um encontro na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com o Rev. Dr. Robinson Cavalcanti, antes de uma conferência a ser proferida por este, recebemos a informação de que “o nome de Dom Salomão Ferraz é citado em todos os seminários evangélicos” na disciplina de História da Igreja, e acrescentou: “Infelizmente temos conhecimentos muito escassos a respeito de sua personalidade”. Nosso filho Elói nos transmitiu a declaração de um padre de que nos

seminários da Igreja Romana, o nome de Dom Salomão é citado na mesma disciplina.

Estas informações nos animaram a completar o trabalho iniciado. Também nos trouxe um salutar estímulo a disposição dos clérigos da ordem de Santo André, liderados por seu 3º Bispo Geral, Dom Ulysses Moreira de Araujo, de levar avante a obra ecumênica do fundador da Ordem, seguindo-lhe os passos. Sentimos também a falta de informações sobre Dom Salomão, da parte do clero em geral, por ocasião das solenidades comemorativas do 60º aniversário da ordem de Santo André, ao observarmos que os oradores convidados pouco falaram sobre seu fundador.

O mundo contemporâneo está necessitando de uma Igreja - ou religião – cujas atividades estejam voltadas para a formação moral do indivíduo, desenvolvendo nele seus poderes espirituais. As relações sociais entre os homens, hoje em dia, se fazem, em grande parte, através dos instrumentos tecnológicos, à distância; nem são mais face a face; mas deverão ser também, e principalmente, espírito a espírito, coração a coração.

Os homens, no mundo inteiro, estão muito unidos entre si por meio dos instrumentos eletrônicos de comunicação, o que lhes outorga uma característica toda especial à personalidade como homens modernos: de serem indivíduos bem informados, porém, não cultos. Por outro lado, o poder cada vez maior da tecnologia significa um poder maior do homem sobre o outro. Nem por isso os homens têm melhorado suas relações mútuas. É que esses meios tecnológicos de união e de poder não estão unindo as mentes e os corações, mas sim, transmitindo mensagens negativas, contrárias à elevação moral da humanidade. A missão da Igreja é inverter este processo, incutindo no espírito de cada pessoa as mensagens de paz, de amor, de respeito e de cooperação.

Hermes Ferraz

NA IGREJA PRESBITERIANA

Um lar evangélico

A 2 de novembro de 1857, nasceu em Rio Claro, Estado de São Paulo, Belarmino Augusto Ferraz, filho do casal Antônio Ferraz de Camargo e Maria do Carmo Figueiredo, fazendeiros nesse município. Aí viveu até a idade de 18 anos, quando, em 1875, o missionário presbiteriano, Rev. Dagama, abriu o trabalho evangélico naquela cidade, ao qual Belarmino, uma vez convertido, resolveu dedicar-se com toda a alma e entusiasmo. Esta atitude provocou sérias desavenças com sua família, de índole profundamente católico-romana, e, na impossibilidade de um acordo, o moço convertido precisou abandonar a casa paterna e lutar pela vida por sua própria conta. Trabalhava nas fazendas e estudava na cidade, para o quê fazia longas viagens a cavalo. De posse de alguma instrução, dedicou-se ao magistério, alternando suas atividades como professor ambulante e como colportor. Em 1877, Belarmino Ferraz transferiu suas atividades para Jaú e aí, em uma das fazendas em que lecionava – Fazenda Jacutinga – veio a conhecer Maria Santana Barbosa, com quem casou-se em 20 de outubro de 1877, quando ele não havia completado ainda 20 anos.

Depois de residir em várias cidades, Belarmino voltou à Fazenda da Jacutinga, onde, a 18 de fevereiro de 1880, nasceu seu primogênito, a quem deu o nome de Salomão, revelando, assim, seu grande amor pelo saber que desejava possuir, em homenagem ao rei sábio da Bíblia. Era desejo do casal Belarmino-Maria que todos os seus filhos fossem instruídos devidamente; e trabalhou com afinco para realizar este objetivo. Belarmino desejava ser pastor evangélico, mas os compromissos com o sustento da família o impediam de freqüentar o curso regular no seminário. Não obstante, dedicava-se à pregação do evangelho como leigo. Foi presbítero da igreja Presbiteriana de Jaú por longos anos. Através de seus esforços, seis de seus sete filhos receberam diploma: os varões, de pastor evangélico – o mais novo, de nome Seth, acumulando a profissão de médico – e as

três filhas mulheres, de professora. Belarmino Ferraz guiava-se na vida por uma filosofia: “ O fácil é dos outros, o difícil é meu”, fundamento inabalável de toda uma vida consagrada a uma atividade sem par pela causa do Evangelho. Dele, escreveu seu filho Rev. Orlando Ferraz: “Ele nunca estigmatizou a rotina e as tradições, mas seu espírito esteve sempre aberto a novas idéias, novos métodos e novos planos, sempre visando a fins práticos e úteis, e o fazia inflamado de elevado e sadio otimismo” (O estandarte, 15/04/1958).

Salomão Ferraz, seminarista

Salomão Ferraz herdou estas qualidades do pai. De sua infância pouco se sabe, a não ser que foi educado naquele lar evangélico dotado de grande piedade e entusiasmo pela causa, e do qual recebeu os primeiros ensinamentos e influências religiosas da Igreja reformada; fez seus primeiros estudos na escola primária em Jaú, onde estudou órgão e violino. Aos 14 anos estudou em São Paulo , no Colégio Camargo, durante o ano de 1894, ocasião em que fez sua profissão de fé, a 1 de setembro, na Igreja Presbiteriana da rua 24 de Maio. Em 1895 foi eleito secretário da Escola Dominical, juntamente com a eleição de Matatias Gomes dos Santos como presidente, seu colega de quarto, selando uma amizade profunda, que os uniria por toda a vida. Em agosto desse mesmo ano, vem a figurar como sócio fundador da Associação Cristã de Moços (LESSA, 1938, pp. 481 e 491). Foi pensionista do presbítero Veríssimo de Paiva. Em 1895 deixou o Colégio Camargo e ingressou no Ginásio do Estado, no qual concluiu o curso preparatório, em 1896.

Em 1897, com a idade de 17 anos, ingressou no Seminário da Igreja Presbiteriana, em São Paulo, juntamente com Ernesto de Oliveira e Otoniel Mota (LESSA, 1938, p. 534) e colaborou no jornal do seminário *O Combate*, de maio desse ano, juntamente com outros seminaristas. A 7 de julho de 1898 foi recebido como candidato ao ministério evangélico pelo Presbitério de São Paulo.

No seminário não foi um aluno brilhante; suas classificações situavam-se, em geral, no grau “plenamente”. Nas férias ocupava-se em ajudar as Igrejas carentes de pregadores, como em Ubatuba, onde o pastor titular, Rev. José de Azevedo Granja, se achava doente havia três anos. Nas horas de lazer dedicava-se ao estudo de outros temas relacionados com a religião, complementando, assim, a cultura formal transmitida por seus professores. Não se limitava a estudar apenas, meditava também. Apreciava a filosofia e a utilizava em suas constantes contemplações, caracterizadas pela presença de uma profunda lógica. Dominava a língua inglesa, o que lhe permitiu assimilar o pensamento dos teólogos anglicanos e tomá-lo como base de suas próprias idéias, no dizer de muitos, “avançados”.

Terminou seus estudos no seminário em junho de 1901, juntamente com Henrique Louro de Carvalho, João Francisco da Cruz, Matatias Gomes dos Santos, Baldomero Garcia, Anders Jensen e Constâncio Omegna, sob a reitoria do Rev. Samuel R. Gammon. Prestados os respectivos exames, sua licenciatura foi aprovada na sessão presbiterial de 19 de junho de 1901 e, a 23 seguinte, foi oficialmente licenciado para pregar o Evangelho, em reunião soleníssima no culto público do meio dia, na igreja da alameda dos bambus, hoje avenida Rio branco. Ao ato compareceram, tomando assento no presbitério, o Rev. Dr. J. R. Smith e João Francisco da Cruz.

Salomão Ferraz, pastor

O campo de trabalho escolhido foi a cidade de Faxina, hoje Itapeva, no sul do Estado de São Paulo; lá chegou a 19 de setembro de 1901, levado pelo pastor em exercício, Ver. Franklin do Nascimento, que lhe entregou o campo, retirando-se logo após. Salomão Ferraz gostou da cidade, gostou dos crentes, cuja acolhida muito o animou.

Ainda solteiro, passou a morar na casa do presbítero José de Carvalho, que lhe preparou um quarto especial.

Mas, segundo registrou em documentos posteriores, o novo pastor ficou sobressaltado por sérias dúvidas. São suas palavras textuais, extraídas do opúsculo *A União das Igrejas* (1962, p.13): “Em uma experiência marcante (...), mas que dissipou de uma vez para sempre a escuridão de nossa mente. Escuridão de dúvidas sinistras. Raiou, então, para nós, depois de uma crise de grande angústia, a luz que nos fez ver um mundo novo; (...) solitário, à espera da plena investidura, sentíamos que algo de essencial faltava em nosso íntimo; (...) faltava-nos a certeza, a convicção, a segurança, e o senso profundo da realidade. Como pregar e ministrar a outros, quando nos faltava exatamente o essencial? O céu parecia de chumbo, fechado, hostil, e a terra um ermo insuportável. Agir como simples comediante, para efeito meramente externo? Não era nosso feitio. Conselhos? Onde os iria receber, quem lia corretamente o Novo Testamento grego (...) e havia devorado quantas obras apologéticas lhe vinha às mãos (...)? Ajoelhou-se e orou: “Ó Deus. Nem sei se existes; a fé me foge, a escuridão me envolve”. Levantou-se, abriu, ao acaso, a Bíblia, e seus olhos pousaram sobre o versículo “ Justificados gratuitamente por sua graça, mediante a redenção que há em Jesus Cristo, a quem Deus propôs, no seu sangue, como propiciação” (Rom. 3; 24-25).

E o novo pastor, sem fé, sem esperança, viu tudo agora diferente: “Cristo como a base suprema da fé e da vida! A luz que o trouxe até o ponto em que chegou foi a luz que derrama seus clarões desde o cimo do Calvário, desde a Cruz; a luz que emana do sangue precioso de Cristo, a base suprema da redenção da verdadeira unidade da Igreja, penhor da paz entre as nações”.

Estas dúvidas Salomão Ferraz lembrou algumas vezes, ao rememorar o início de sua carreira. Quais seriam as razões, se fora educado em um lar cristão, no qual lhe ensinaram tantas coisas a respeito da religião e fez o curso em um seminário, onde, certamente, as coisas de Deus ocupam o primeiro plano? Talvez nem mesmo ele soubesse. Fruto do ambiente? É bem possível, porque o ambiente, na

verdade, molda o caráter dos indivíduos, forma personalidades. E o ambiente religioso, nessa época, não era inteiramente favorável à formação de personalidades firmes na fé, mesmo entre os que se preparavam para os deveres do Santo Ministério, sobretudo para uma alma ávida de conhecimentos. Reinava naquela época duas espécies de lutas eclesiásticas envolvendo a religião, o que significa, envolvendo a própria fé: uma luta externa, entre católicos e protestantes, e uma luta interna, na qual se digladiavam os próprios ministros, dentro da Igreja Presbiteriana. Descreveremos, em traços rápidos, ambas as contendas que, além de perturbar a paz e acirrar os ânimos, aumentaram ainda mais as dissensões já existentes e criaram outras entre os seguidores de Cristo, abalando a fé e desencorajando muitas vocações para o sacerdócio.

Sem dúvida, estas lutas impressionaram Salomão Ferraz, pois, em um de seus escritos posteriores, declarou: “Era ainda no tempo de estudante, época risonha e florida para muitos, porém, turva e dolorosa para nós. Em consonância com os vendavais de paixões que lá fora rugiam, em atmosfera aclesiástica asfixiante, letal, cá dentro da alma nos gritavam outras tempestades, incomparavelmente mais atroz, mais sinistras, mais acabrunhantes: era a tormenta das dúvidas, das perplexidades e o desespero de um espírito inquiridor, sedento de verdade e paz. Em um desses dias, no sótão do seminário em São Paulo, à rua Maranhão, veio-nos às mãos um dos vigorosos artigos do professor Bruce, da Escócia, onde deparamos com um conceito que nos sacudiu até o mais profundo da natureza moral, e gravou-se indelevelmente em nosso espírito: ‘O teu supremo dever, ó jovem, é ter abertos os olhos, aberto o coração e abertos os lábios’. Estas palavras do distinto pensador cristão não se apartaram jamais do nosso espírito, mas passaram, por assim dizer, a fazer parte da textura da nossa alma” (FERRAZ, 1915, p. 6).

Abramos, então, um parêntese para retroceder na história com o fim exclusivo de retratar o ambiente religioso em que Salomão Ferraz se preparou para o Ministério.

Contendas entre católicos e protestantes

Na expedição de Tomé de Souza, em 1549, aportaram ao Brasil os jesuítas Manoel da Nóbrega, Aspicuelta Navares, Manoel de Paiva, e Leonardo Nunes. Com a expedição de Duarte da Costa, em 1553, novos jesuítas vieram reforçar o trabalho de catequese dos índios – dentre eles, José de Anchieta, ainda seminarista – que se espalharam de norte a sul do país, ensinando e catequizando, a pé, ao sol e à chuva, de canoa, varando matas espessas, enfrentando os maiores perigos em travessias de rios caudalosos, doenças, fome e expostos ainda às setas envenenadas dos índios. E entre os muitos jesuítas chegados posteriormente estava o Padre Antonio Vieira, missionário, político e moralista. Tudo isso, faziam incentivados pela paixão que dominava a alma do missionário: a conversão do índio a fé cristã.

Na Europa, a perseguição religiosa obrigava os protestantes a fugirem para outros continentes; por isso, aportou em terras brasileiras, em 1555, uma expedição francesa comandada por Nicolau de Villegaignon, localizando-se no Rio de Janeiro. Foi essa expedição expulsa em 1567 com o auxílio dos índios. Daí para frente, nenhum vestígio da presença de protestantes foi constatado, até meados do século XIX. Nesse período, os jesuítas trabalharam sossegadamente no mister de educar, instruir e catequizar os índios, dos quais cativaram a amizade, por serem eles, jesuítas, contrários à escravidão destes. Para isso, os catequizadores abriram escolas e construíram igrejas. Longe das lutas religiosas da Europa, os missionários do Brasil, sem concorrentes, exerciam seu apostolado comodamente, o que levou muitos sacerdotes a fazê-lo de forma um tanto displicente, ao se deixarem arrastar pela influência dos convertidos, negros e índios que, não conseguindo libertar-se inteiramente de suas crenças de origem, infiltraram na prática religiosa católico-romana algumas de suas superstições.

Este estado de coisas perdurou até 1810, quando o Brasil, então sob o reinado D. João VI, celebrou um tratado comercial com a Inglaterra, cuja religião dominante era a protestante anglicana. Desejava esta nação amiga, além de comerciar, introduzir suas crenças religiosas, ao que se opuseram os católicos romanos em ação no Brasil. O problema foi, então, contornado, admitindo-se o credo protestante, mas os locais de culto não deveriam ter aparência de igrejas, razão por que seus templos eram destituídos de torres, sinos e cruzes. Uma vez proclamada a República e instituída a liberdade religiosa na Constituição brasileira, aquelas exigências foram revogadas. Esta é a razão pela qual grande parte dos protestantes tradicionais repudiam a própria cruz, símbolo do cristianismo, em virtude de relacioná-la com a Igreja Romana.

Em meados do século XIX chegaram ao Brasil vos primeiros missionários protestantes presbiterianos e, imediatamente, entregaram-se ao trabalho catequizador para o culto protestante, não o pagão, índio ou africano, mas o próprio cristão católico-romano, criando, assim, para a Igreja Romana, o problema do esvaziamento de seu clero, resultado do aliciamento de seus fiéis. Travou-se, então, uma luta religiosa que antes não existia: os protestantes, além de pregarem as bem-aventuranças do reino de Cristo, pregavam também os erros da Igreja Romana, sobretudo os ex-padres convertidos. A reação inevitável não se fez esperar: os sacerdotes da Igreja Romana passaram a alertar seus fiéis contra os protestantes e o fogo cruzado tornou-se cada vez mais intenso, com injúrias recíprocas. Cada facção apresentava a adversária como obra do Diabo e, por isso, passaram a proscrever mutuamente os sacramentos ministrados pelos sacerdotes antagonistas. Era, pois, a mesma luta entre os cristãos, que se deslocou da Europa para o Brasil com o objetivo de propagar a verdadeira fé, mas que se transformou numa luta entre irmãos, pondo em risco a própria fé.

Contendas entre protestantes

Além destas discórdias entre católicos e protestantes, havia naquela época (1898-1901) acentuada antagonismo entre as diversas denominações protestantes, embora de menores efeitos, mas que, de certa forma, comprometia o bom nome do Evangelho. Desde 1891, reinava alguma divergência entre duas instituições da Igreja Presbiteriana, o Seminário e o Mackenzie, chamado popularmente de Colégio protestante. Passemos em revista suas causas e seu desenrolar de forma sucinta.

O Mackenzie era mantido pela “Missão” (Board de Nova York) e esta desejava fundar um seminário para melhor difundir o Evangelho no Brasil. Não há dúvida de que havia, contra esta política do Board de nova York, uma forte oposição por parte do Comitê do Sul (dos Estados Unidos) e a divergência residia na localização do Seminário. Diante disto, os patrocinadores americanos resolveram que a questão fosse decidida pelo Sínodo da Igreja Presbiteriana no Brasil. No entanto, esta resolução ficará apenas no papel. A “Brazilian Missions” era então governada por duas cabeças, com profundos reflexos no espírito dos respectivos missionários em ação no Brasil, cada qual procurando seguir a orientação de sua entidade mantenedora. Como se isso não bastasse, a política educacional protestante brasileira, representada pelo Sínodo, entrou em choque com a política educativa americana, criando sérios problemas e antagonismos entre os missionários e educadores brasileiros, o que, infelizmente, descambou para o campo pessoal, com verberações ofensivas mútuas. Os americanos eram acusados de pouca espiritualidade e, por questões de somenos, eram disciplinados pela Igreja, como o Dr. Lane, acusado de andar de bonde aos domingos e de não frequentar os cultos. O Dr. Waddel caíra na antipatia dos pastores nacionais por ter feito sindicâncias sigilosas contra um humilde colega destes e teve a infelicidade de externar uma opinião precipitada, sem os devidos fundamentos, mas da qual retratou-se publicamente logo após. Porém a mágoa ficou e serviu de pretexto para reforçar os antagonismos entre os pastores nacionais e os

missionários americanos. O Dr. Vanorden caíra também em desgraça, por motivos não publicados.

As dificuldades não pararam aí: ambos, Lane e Waddel, eram diretores do Colégio Mackenzie, e os ânimos inflamados se dirigiram contra essa instituição de ensino, mas de forma velada. Os pastores nacionais, chefiados pelo Rev. Eduardo Carlos Pereira, alegavam que o Mackenzie não preparava os jovens para os cursos do Seminário; seus alunos seguiam outras profissões seculares e nenhum deles abraçava a carreira sacerdotal. Estas dissensões levaram a uma outra, que pode ser sintetizada no aparecimento de duas correntes: uma, entendendo que a evangelização no Brasil devia ser levada a efeito através da pregação direta ao povo, pelos missionários e pastores, e a outra corrente pretendia evangelizar através de colégios evangélicos, nos quais seriam ministrados ensinamentos, tanto religiosos quanto seculares. A primeira corrente era adotada pelo Sínodo, representando o pensamento do clero presbiteriano nacional, e por boa parte dos missionários americanos não comprometidos com a educação; e a segunda corrente era formada por aqueles que, direta ou indiretamente, estavam comprometidos com os interesses educacionais, sobretudo os missionários diretores do Mackenzie, aliás, baseados na necessidade de cumprir uma das cláusulas da doação do Dr. Alexander Mackenzie, da obrigatoriedade do ensino religioso nessa instituição secular.

Os adeptos da primeira corrente entendiam que as verbas recebidas das missões americanas destinadas ao Mackenzie deveriam reverter em benefício dos pregadores missionários. Por seu lado, os adeptos da segunda corrente apoiavam o plano da criação do Seminário, porém, como prolongamento dos cursos de Mackenzie, pois esta instituição, com seus internatos e organização educativa, poderia preparar os jovens para os cursos superiores teológicos; a isto se opunham os da primeira, baseados na experiência de muitos anos, sob a alegação de que os cursos do Mackenzie não se adaptavam a essa preparação. Por outro lado, as duas organizações americanas

mantenedoras alegavam que, se havia o Mackenzie, não se justificava a criação de mais um colégio.

O seminário foi, enfim, fundado após muitas discussões sobre sua localização. Por motivos menos relevantes, fora inicialmente instalado em Friburgo, Estado do Rio de Janeiro. Em 14 de fevereiro de 1895 foi transferido para São Paulo, utilizando as dependências da 1ª Igreja Presbiteriana, na rua 24 de Maio. Porém, seu rápido crescimento estava a exigir a ampliação de suas instalações. Foi aí que os dirigentes do Mackenzie entraram na discussão por entenderem que esta instituição - o Mackenzie - já possuía as instalações suficientes; o “Board” e o “Comitee” americanos não se opunham à construção de um prédio para o Seminário, e mesmo para um colégio preparatório, desde que a Igreja Presbiteriana do Brasil realizasse as obras por sua própria conta, isto é, com recursos nacionais. É que a Igreja Presbiteriana do Brasil ainda não se achava em condições financeiras para arcar com tal encargo; mas o Rev. Eduardo Carlos Pereira, lançando-se em campanha, nos púlpitos e na imprensa evangélica, conseguiu angariar fundos para a aquisição de um terreno na rua Maranhão, nas proximidades do Mackenzie, e erguer o prédio do Seminário, conforme se lê em J. A. Ferreira (1959, v. 1, p. 305): “Tendo sido inaceitáveis as condições exigidas pelo Rev. Gammon, representante de Nashville, disse o Rev. Eduardo Carlos Pereira, em uma das seções que, se Nashville ou Nova York não nos davam o necessário edifício para o desenvolvimento do Seminário, a Igreja Nacional no-lo daria”. A campanha financeira obteve pleno êxito, em virtude da grandiosidade do objetivo e de sua perfeita organização: despertou energias adormecidas entre os crentes e fez, assim, a Igreja nacional sentir sua responsabilidade perante o problema.

A 17 de julho 1898 foi lançada a pedra fundamental do edifício do Seminário, em cerimônia solene; terminadas as obras, para ele foram transferidas as aulas, possivelmente a 7 de setembro de 1899 “Sem solenidade, apenas com o culto regular que se fazia. Para isso concorreram as circunstâncias daqueles tempos. As lutas e desgostos conseqüentes. Foi um erro, contudo. Para o lançamento da pedra

houve um grande aparato. Discursos e poesias. Variada apresentação. Agora apenas uma cena doméstica” (FERREIRA, 1959, v. 2, pp. 34-5).

O Rev. Erasmo Braga assumira a direção do Seminário na ausência do Rev. Gammon; acumulando essas funções com a de Capelão do Mackenzie, passou também a cuidar dos candidatos ao Ministério Presbiteriano, ainda na fase dos estudos secundários. “O Mackenzie oferecia pensão e estudos gratuitos a vários aspirantes, bem como a alguns candidatos que não podiam ser mantidos pelo Seminário” (Idem, p. 36). Como se vê, as dificuldades entre o Mackenzie e o Seminário terminaram bem, com a cooperação mútua entre ambas as instituições. É de se lamentar que essa grande conquista da Igreja Presbiteriana tivesse deixado no ânimo dos protagonistas profundas mágoas. Os ideais eram reconhecidamente nobres, mas os meios utilizados eram, deploravelmente, pouco cristãos.

Estas mágoas lavraram o terreno para a sementeira de uma outra disputa, de conseqüências bem mais funestas: a questão maçônica, iniciada em fins de 1898. Vários ministros, oficiais, presbíteros e membros das Igrejas estavam filiados à ordem maçônica, contra a qual insurgiu-se o pastor da 1ª Igreja Presbiteriana, Rev. Eduardo Carlos Pereira. Dez membros da Igreja, possivelmente maçons, em abaixo-assinado pediram a organização de uma nova Igreja, cujos termos foram considerados ofensivos ao pastor, em sua integridade moral. Os membros não maçons da Igreja também se sentiram ofendidos em solidariedade a seu pastor. Iniciaram-se as represálias com acirradas discussões pelos jornais evangélicos e seculares, o que fez o movimento alastrar-se pelas demais Igrejas Presbiterianas do país. A questão maçônica fora inicialmente levantada pelo Dr. Couto Esher, justamente no momento em que havia grande entusiasmo pela causa maçônica em vários meios evangélicos (FERREIRA, 1959, v. 1, p. 317). Os debates nos jornais dividiram ideologicamente a Igreja Presbiteriana, e em 1901 atingiram seu ponto culminante. As ofensas cruzaram-se, lado a lado, alastrando-se pela

imprensa secular. “Depois de uma carta anônima de um crente maçom ao pastor de São Paulo [Rev. Eduardo Carlos Pereira] prometendo desmoralizá-lo pelas colunas de O Estado de São Paulo, caso viesse a encarar a questão pelo O Estandarte, carta confirmada dois dias depois pelo mesmo anônimo, que divulgava agora o seu nome” (Idem, p. 319). Estava declarada a guerra. O Rev. Eduardo Carlos Pereira defendia-se pelas colunas de O Estandarte – que até então conservara-se neutro – das imputações feitas através do grande jornal paulista. Carlos Pereira debatia-se contra a Maçonaria. A luta foi recrudescendo até ser levada ao Sínodo de 1903, em São Paulo, e a 31 de julho foi votada a decisão: “Não convir a este concílio legislar sobre a questão maçônica, sendo que, resolvendo a questão deste modo, o Sínodo não feriu nem violentou a consciência de ninguém, porquanto o Sínodo apenas deixou de se pronunciar sobre a compatibilidade ou incompatibilidade da maçonaria com o Evangelho, sem fazer violência, quer a um, quer a outro lado” (REVISTA DAS MISSÕES NACIONAIS, 05/09/1903). Esta proposição, francamente conciliatória, baseada na liberdade de pensamento; foi aprovada por 53 votos favoráveis contra 17 votos dos antimaçônicos. Os vencidos não se conformaram: para eles, a questão maçônica era um artigo de fé, e solenemente declararam-se desligados do Sínodo, retirando-se do recinto, nesse mesmo dia, (31 de julho de 1903), por volta das 22 horas. Estava cindida a Igreja Presbiteriana: a minoria vencida resolveu constituir-se em Igreja presbiteriana Independente.

Fechado o parêntese, voltemos agora para o biografado. Foi exatamente neste clima sinistramente tempestuoso, dentro de sua própria Igreja, que o seminarista Salomão Ferraz se preparou para o Ministério Evangélico, foi licenciado e iniciou sua longa carreira sacerdotal.

Dúvidas

Para um novel sacerdote comum não haveria nenhuma dificuldade para iniciar sua carreira pastoral: era apenas uma questão de tomar versículos da Bíblia e desenvolvê-los nos sermões, visitar os crentes, orar com eles; nos cultos da igreja, pregar o Evangelho aos rebanhos da Igreja Romana, viajar pelos sertões convertendo as almas para formar novos núcleos de pregação do Evangelho, fazendo este progredir triunfantemente. E com tal programa no espírito, romper o caminho. Para Salomão Ferraz, entretanto, isto não era suficiente: seu preparo formal, reforçado pelo conhecimento adquirido informalmente, abriram-lhe oportunidades mais vastas, fizeram-no descortinar horizontes mais amplos. No entanto, ao olhar ao redor, só via lutas, desavenças, pouco amor cristão entre os cristãos, sobretudo entre aqueles que, enfaticamente, pregavam “Amai-vos uns aos outros”. Seria esta, talvez, uma de suas grandes dúvidas, a principal: como poderia existir um Deus, todo-poderoso, mas incapaz de fazer seus sacerdotes “viverem” de acordo com Sua vontade? Sentindo ser outra sua missão, ou seja, a busca intencional da verdade, e não apenas a de se manter como um simples pregador do Evangelho, pediu àquele mesmo Deus para o qual se preparou par servir - mas cuja existência tinha agora suas dúvidas -, que lhe mostrasse o verdadeiro rumo. E o versículo, apanhado ao acaso, fê-lo vencer o estado de frustração e idealizar um novo papel para si e para o sacerdócio que iniciava, trilhando caminhos ainda não percorridos, águas ainda não navegadas: unir os cristãos, inspirado numa síntese feliz do aludido versículo. Preparou-se, então, para a execução de ambas as tarefas: pregar o Evangelho, como era de seu dever hierárquico e, ao mesmo tempo, pregar a união dos cristãos em torno de Cristo, dever para o qual se sentiu chamado. Foi com esta filosofia de trabalho que Salomão Ferraz iniciou seu ministério, como licenciado até julho de 1902.

Ordenação

Em novembro de 1901 prestou exames sobre diversas matérias e, em junho de 1902, foi examinado no restante das matérias de praxe, entrando, já de início, em conflito de ordem teológica com seus examinadores. A 13 de julho seguinte, no culto do meio-dia, foi ordenado pastor na Igreja Presbiteriana, então situada na alameda dos Bambus – hoje avenida Rio Branco. O ato foi celebrado em obediência a um ritual soleníssimo, fez seu sermão de provas sobre Efésios 2;16: “E pela cruz reconciliar-vos com Deus em um corpo, matando com ela as inimizades”. Presidiu o ato do Rev. Moderador, que fez as perguntas convencionais, a oração de ordenação e a declaração da investidura. Dirigiu a paranesis ao ordenando o Rev. Carvalho Braga, tendo o Rev. Schneider pregado o sermão de estilo. Estava, assim, ordenado o Ministro do Evangelho, o Rev. Salomão Ferraz (REVISTA DAS MISSÕES NACIONAIS, 02/08/1902). Tinha então 22 anos de idade.

A cerimônia foi assistida por seu pai, Belarmino Ferraz, que viu coroados de êxito todos os seus esforços e seu ideal de ver seu filho mais velho iniciar oficialmente sua carreira ministerial. Assistiram ainda, vindos do Rio de Janeiro especialmente para esta solenidade, o Rev. José Ozias e seu colega Rev. Matatias Gomes dos Santos, além de uma grande assistência de crentes. Nesse mesmo dia eram ordenados, em cidades diversas, seus colegas de turma Constâncio Omegna, na cidade de Botucatu, Henrique Louro e Baldomero Garcia, no Rio de Janeiro.

Dias antes – 26 de junho de 1902 – às 19 horas e trinta minutos, na sala do Templo, reuniu-se a Assembléia geral da Igreja Presbiteriana de Faxina, (hoje Itapeva, sul do Estado de São Paulo) “convocada para o fim especial de eleger-se o pastor que tem de ser chamado, o convite para ser apresentado ao Presbitério (...). Estavam presentes 49 membros, sendo 20 residentes na cidade (...); foi proposto que fosse chamado o Rev. Salomão B. Ferraz; que há 7 ou 8 meses se acha no seio da Igreja, exercendo o ministério, com aceitação geral de toda a Igreja” (Livro de Atas) por votação unânime. A responsabilidade por seu ordenado deveria ser repartida entre a Igreja

de faxina e as Missões, em partes iguais. O campo lhe era atribuído, agora em caráter oficial.

Declaração de princípios

Salomão Ferraz preferiu iniciar sua vida pública no interior, onde poderia firma-se em princípios simples e executar seus deveres claros e determinados, e onde se podia dizer: este é o meu dever, esta é a minha responsabilidade. Previa que, no futuro, seus deveres se tornariam mais complexos; mas desempenhá-los-ia com a ajuda de Deus. Entendia que o servo do Senhor não deveria discutir, mas ser manso com todos. O dever de um ministro não é o de discutir, mas sim instruir. E pedia a Deus que o livrasse de qualquer imprudência capaz de impedir a obra da pregação a realizar com autoridade e em nome do Senhor.

Em carta escrita a seu progenitor, datada de 04/12/1902, disse-lhe que seu primeiro estudo seria o da Bíblia, fonte de onde iria tirar suas convicções religiosas, e comunicou-lhe os princípios que resolveu seguir em sua vida cristã, coligidos pouco antes da sua ordenação: “1º) Ter a Palavra de Deus como minha regra de fé e de conduta. Lê-la com simplicidade e com oração; crer, ser e fazer tudo o que ela ensina. 2º) Ter a oração como primeiro dever na minha vida cristã e no meu ministério a imitação de Cristo e de seus apóstolos, Luc. 6:12; Atos 6:4. 3º) Nunca referir à pessoa alguma as coisas que mais me impressionam ou que me excitam, sem tê-las referido primeiramente a Cristo. 4º) Nunca fazer qualquer coisa sem que a minha vaidade e o meu amor de aplauso seja excitado, a não ser naquelas coisas que são absolutamente indispensáveis para o cumprimento de meu dever. 5º) Nunca me alegrar em qualquer bom terreno sem reconhecer nele a dádiva de Deus e, por conseguinte, sem poder ter um coração reconhecido e agradecido. 6º) Não ter prejuízo, nem má vontade ou disposição para com pessoa alguma, realizar as

palavras do Dr. Bruce: “Vosso dever supremo, ó jovem, é ter os olhos abertos, coração aberto e lábios abertos”.

Constituição do lar

Salomão Ferraz levava muito a sério sua missão e, por isto, surgiu então um novo problema, de ordem pessoal: a constituição de seu lar com a escolha da esposa, que deveria recair sobre a mulher capaz de acompanhá-lo em seu ministério, cujas glórias já estava idealizando, mas, no período de licenciatura, já havia adquirido a nítida noção de seus duros e penetrantes espinhos. Enquanto seminarista, havia tratado casamento com uma moça, que revelou desde logo seus pendores para uma vida em elevado nível social ao qual pertencia, incompatível com a posição de esposa de um pastor, cujo trabalho e recompensas o impediriam de proporcioná-la. Certamente, pensou ele, o faria abandonar o Ministério, e dedicar-se a atividades mais bem remuneradas. Ao aceitar o campo da então Faxina, recusou um convite para Niterói, interesse de sua noiva e, com isto, poucos dias antes de marcar seu enlace com esta, desfez-se o noivado com grande mágoa. Lembra Salomão Ferraz, já aos 80 anos de idade, sua nova escolha: era no dia de sua ordenação, “ao deitar-me, lembrei-me de uma sugestão de meu amigo Simão Salém, mais tarde também pastor em São Paulo, e decidi optar por esse rumo que segui na constituição de meu lar. A escolha estava feita: humilde, modesta, despretensiosa, como me pareceu até hoje (...)” (Do diário).

A escolhida chamava-se Emília Cagnoto, de nacionalidade italiana, nascida em Veneza a 18 de março de 1881, mas residente no Brasil desde os oito anos de idade, organista da Igreja Italiana na cidade de São Paulo, e que veio a conhecê-la na viagem que fez à Capital em fins de dezembro de 1902. Após alguns pedidos de informações e amigos, o casamento foi proposto e aceito.

A 28 de julho de 1903 reuniu-se o Sínodo da Igreja Presbiteriana em São Paulo e a ele compareceu o Rev. Salomão

Ferraz, pela primeira vez como pastor. Entre lágrimas, deu-se a divisão da Igreja a 31, mas Salomão Ferraz, por convicção, permaneceu fiel à Igreja Presbiteriana, pois já vinha pregando a união dos crentes; mesmo porque, talvez não lhe conviesse mudar os planos pessoais já traçados: seu próximo enlace matrimonial, que se daria dentro de poucos dias, e um pastorado promissor. Não convinha alterar nada disto, em face das razões ideológicas pouco relevantes apresentadas para a cisão, para ele já esperada.

A 18 de agosto realizou seu enlace matrimonial e voltou para Faxina levando sua esposa Emília, sua cunhada Amália, ainda meninota, e seus irmãos Orlando e Vasthi. Foi desta forma que deu início a sua vida de casado. Era muito apegado à família, principalmente a este irmão, do qual sempre se lembrava em suas cartas ao pai. Leva agora a esposa para ajudá-lo em seu ministério.

Em Faxina

Porém, uma decepção o esperava em seu campo de trabalho. O presbítero F. gostaria de ver uma das moças de sua família casada com o novo pastor e, ao sentir frustrada suas intenções, passou a molestá-lo dentro e fora da Igreja. Esse mesmo presbítero, político influente no lugar, desejava, ele e seus familiares, transformar a Igreja num reduto de sua propaganda política, a que Salomão Ferraz se opôs, entendendo que os crentes deveriam, necessariamente, participar da vida política do país; mas a Igreja deveria manter-se neutra, e seu pastor se colocar numa posição equidistante das facções em luta. Mas o presbítero era extremamente autoritário e abriu tenaz campanha contra o jovem pastor, arrastando consigo outros oficiais da Igreja. Por não ver seus interesses satisfeitos, o referido presbítero entendeu que a permanência de Salomão Ferraz na Igreja de Faxina era insustentável, e nela não poderia permanecer por mais tempo. Não obstante, a grande maioria dos membros da Igreja não participava desta opinião, o que mantinha o Rev. Salomão Ferraz em dúvida, se abandonava o trabalho

ou não. Convites não lhe faltavam: Itapetinga, Jaú, São Carlos, Dois Córregos.

Em abril de 1904, as questões políticas, incendiadas pela campanha eleitoral, imperavam na Igreja da então Faxina. Um de seus membros mais equilibrados, o promotor público, Dr. Nestor Calimério dos Santos, grande amigo do pastor, fora removido para outra comarca por motivos políticos e fazia-lhe grande falta na conjuntura. As dificuldades surgidas refletiam-se até nas relações de Salomão Ferraz com seu próprio Presbitério, em São Paulo. Seu pai, agora licenciado pregador pela Igreja Independente, foi fazer-lhe uma visita nessa ocasião; hospedou-se em sua casa e esteve na igreja. Os intrigantes agiram depressa e o fizeram cair em desgraça.

Em 12 de novembro desse agitado ano de 1904, nasceu a primogênita do casal Ferraz, à qual foi dado o nome de Annita; acompanhando esta dádiva, outro fato veio concorrer para melhorar o ambiente: a volta do Dr. Calimério à comarca da faxina. Passadas as preocupações políticas com as eleições, as pressões afrouxaram-se e as coisas começaram a voltar ao normal.

Mas as dissensões, embora arrefecidas, trouxeram a Salomão Ferraz amargas conseqüências: os dissidentes cancelaram suas contribuições ao sustento do pastor, levando as dificuldades financeiras deste a tal ponto, que chegou a marcar o dia 14 de janeiro seguinte para a retirada de sua família da cidade. O trabalho estava tornando-se quase insuportável. Sentia a necessidade de deixar o pastorado de Faxina; mas devia fazê-lo sem prejudicar a Igreja. Chegou mesmo a lamentar sua recusa ao convite de Niterói. Estava disposto a aceitar o convite de Dois Córregos, cujo campo era constituído por três Igrejas em cidades servidas por estrada de ferro. Mas, graças aos esforços do Dr. Calimério, na função de presbítero da igreja de Faxina, a oposição começou a perder suas forças, embora as dificuldades financeiras permanecessem. A falta de confiança nos homens do Presbitério do Oeste e a justa ponderação dos irmãos da igreja de Faxina o demoveram da idéia de transferir-se para outra igreja.

No princípio de 1905, seu pai Belarmino Ferraz foi ordenado pastor pela Igreja Independente, coroando, assim, uma luta por esse posto que vinha se arrastando por 17 anos. Outro filho deste, Orlando, ingressou no seminário dessa mesma Igreja. Já em meados de 1905 o presbítero dissidente da Igreja de Faxina entrara em entendimentos, voltou a freqüentar os cultos e a prestigiar o pastor, o que não deixou de ser uma vitória alcançada pela paciência deste. As finanças pessoais foram aos poucos melhorando; a princípio, com recursos emprestados por seu pai e depois com o adiantamento de parte de seu ordenado, enviado pelas missões. O Dr. Calimério encetou eficaz campanha financeira para pagar os ordenados em atraso devidos pela Igreja. Regularizada a situação, o trabalho prosperou para o bem do Evangelho. O Rev. Salomão suportou estas procelas com a paciência de um verdadeiro sacerdote: justificava-as com o argumento de que essas mesmas dificuldades seriam, de uma forma ou de outra, encontradas em muitos lugares e não o deviam afugentar; elas existiam para ser enfrentadas e vencidas.

Nesse mesmo ano realizou uma viagem a cavalo às cidades de Apiaí e Iporanga, em trabalho de evangelização. Nela sentiu de perto a oposição ao trabalho evangélico pelo sacerdote da Igreja Romana que, por todos os meios a seu alcance, procurou impedir a realização das pregações. Contudo, a compreensão do dever, por parte das autoridades administrativas e policiais, permitiu-lhe realizar o trabalho: uma das conferências foi realizada na sala da Câmara Municipal de Apiaí e o destacamento policial evitava a algazarra dos meninos que procuravam perturbar as pregações. Nessa viagem, é despertado à noite por um canto triste entoado na rua. “É a encomendação das almas”, explicou um de seus companheiros. “Encomendação das Almas, refleti eu”, relatou Salomão Ferraz, “e lembrei-me desse pobre povo que ainda vive sem o conhecimento da salvação”. A luta entre católicos e protestantes havia atingido o auge e Salomão Ferraz sentiu seu impacto. A viagem de Ipiáí a Iporanga foi feita a curta distância do padre que para lá também se dirigia; este

escreveria antes a alguém: “Estamos com o lobo na terra”, o que despertou, ainda mais, a curiosidade do povo.

Nesse mesmo ano teve de enfrentar as idéias divergentes do pai. Recentemente ordenado pastor da Igreja Presbiteriana Independente, o Rev. Belarmino Ferraz procurou convencer o filho a aderir o Movimento Separatista de 1903, mas este refutou os argumentos dizendo, entre outras coisas, que em respeito devido a ele como pai e em reconhecimento ao esforço feito por ele para sua ordenação, ouviria com atenção e máximo respeito, tudo o que quisesse dizer de bom em favor da Igreja Independente; mas a resposta seria sempre não.

Cessam aqui as informações conseguidas sobre seu pastorado iniciado em Faxina. Pelo que se viu, foi um verdadeiro “batismo de fogo” para um pastor no início de seu sacerdócio. Mas Salomão Ferraz não se arrependeu e, mesmo diante da oferta de melhores oportunidades, não abandonou o campo; suas dificuldades lhe trouxeram proveitosas experiências. Enfrentou-as; aprendeu a distinguir os amigos daqueles que não o são. Não trocou a oportunidade de exercitar-se na dureza do trabalho pastoral por lugares mais cômodos, contribuindo, assim, para o reforço de seu caráter. Apesar do rigor do embate, Saiu vitorioso, deixando muitos amigos, mesmo entre aqueles que antes o combatiam.

Na Bahia

Se em Faxina reforçou sua fé em Deus e aumentou seu ardor pelo trabalho de Cristo, as dificuldades por que passou parecem terem contribuído para reduzir sua confiança nos homens. No ano seguinte, em 1906, Salomão Ferraz recebeu e aceitou o convite da Igreja de Canavieiras, no sul do estado da Bahia. Nesse estado trabalhava seu colega de quarto e amigo de seminário, Rev. Matatias Gomes dos Santos e, ao que tudo indica, teria influído na escolha, apesar de ser um campo de poucos recursos: sem estradas, com acesso único pelo

mar e distante dos centros culturais. Comparando com Faxina, as dificuldades no trabalho em Canavieiras eram idênticas, mas nesta ele não somente ficava longe do burburinho das intrigas dos homens de seu Presbitério, como também ia trabalhar em companhia do seu amigo preferido. Após uma longa viagem, foi recebido em Salvador pelo Rev. Matatias e chegou a Canavieiras a 24 de agosto de 1906, onde já o esperavam muitos crentes e seu pastor, Rev. Mac Call, que lhe entregou o campo. Na mesma semana, Salomão Ferraz subiu o rio Pardo, em visita aos irmãos espalhados pelos cacauais. Em Canavieiras já havia um local para os cultos.

A 5 de outubro de 1906, nasceu sua segunda filha, Noemi. A 7 de janeiro de 1907, foi organizado em Salvador o Presbitério Bahia-Sergipe, constituído pelo Rev. José Ozias, da igreja de Cachoeira, como presidente; Rev. Matatias Gomes dos Santos, de Salvador e Rev. Salomão Ferraz, de Canavieiras. Embora contasse com a colaboração de Mac Call, este Presbitério nasceu brasileiro, formado por seis Igrejas organizadas.

Em 1908, juntamente com seu amigo Rev. Matatias Gomes dos Santos, fez reaparecer na Bahia a “Imprensa Evangélica”. A 9 de julho desse ano, nasceu sua terceira filha Nair. Logo após, mudou-se de Canavieiras para Belmonte, cidade próxima, às margens do rio Jequitinhonha. Nessa cidade fundou a Escola Americana e o jornal A espada, e traduziu, do inglês, um hino que faz parte dos “Salmos e Hinos”, nº551: “Brilhando por Jesus”. Salomão Ferraz mantinha correspondência com as missões estrangeiras, com Portugal, e já possuía uma razoável biblioteca; assinava algumas revistas religiosas estrangeiras e recebia os principais jornais evangélicos. Acumulando o pastorado da igreja de Canavieiras, lançou a pedra fundamental de seu templo, a 27 de junho de 1909, fazendo uma alocução.

A 21 de dezembro de 1909, nasceu seu primeiro filho homem, Hermes, o quarto da família, e em 1910 Salomão Ferraz transferiu-se para Cachoeira, cidade mais próxima da capital do Estado. Embora desenvolvendo alguma atividade intelectual, sentia-se isolado e, nas horas em que mais intenso sentia o tavor do isolamento, desejava

rever o Seminário, instituição-mater do evangelismo presbiteriano nacional, já localizado em Campinas, estado de São Paulo. No intuito de desenvolver suas idéias de unir os irmãos, sentia necessidade de viver entre eles. Após 6 anos de pastorado no estado da Bahia, pleiteou sua volta para os centros culturais, muito embora lhe tivesse sido abertas, em Salvador, Bahia, oportunidades para trabalhos de grande importância, que lhe outorgariam posição de grande prestígio. Mas, segundo escreveu a seu pai, temia as altas posições, sobretudo quando, para ocupá-las, fosse necessário, de qualquer forma, desvirtuar a profissão que abraçou, de ministro do Evangelho.

Em Rio Claro

Ao isolar-se em seu campo de trabalho, o obreiro de Cristo perde, ou quando menos dilui-se, o contato com os centros culturais e de decisões da Igreja e, por isto, torna-se mais ou menos indiferente a seus movimentos. Salomão Ferraz não era destes. Desejava manter um contato mais efetivo com sua Igreja e seus centros de cultura para melhor desempenhar seu ministério. Eis que, a 1 de maio de 1912, encontramo-lo como pastor da Igreja Presbiteriana de rio Claro, estado de São Paulo, nas proximidades de Campinas e perto da Capital. Uma de suas primeiras viagens fez para rever o seminário onde estudara, agora instalado em Campinas. Em Rio Claro, além do trabalho de rotina na pregação do Evangelho, na administração da Igreja, colaborava no jornal da cidade e no Puritano; tomou contato com os movimentos da Igreja, não apenas a Presbiteriana, mas também das outras denominações. Sua idéia de unir as Igrejas não mais se limitava às Igrejas Evangélicas, mas passaram a se estender à Igreja Romana, entrando, assim, em profundos estudos sobre o assunto: reunia fortes argumentos, estudava os caminhos, inspirava-se nos mais destacados doutrinadores eclesiásticos.

Em 1913, a 25 de janeiro, nasceu seu segundo filho varão, de nome Plínio, o quinto da família, e em 27 de maio de 1914 veio ao

mundo sua filha Ruth. Nesse ínterim, Salomão Ferraz mantinha freqüentes contatos com seu pai e, nestes contatos, este não perdia a oportunidade de discutir o assunto da Maçonaria, sobre a qual aquele não possuía nenhum conhecimento.

Nessa época, desenvolvia-se entre as Igrejas evangélicas um movimento de franca hostilidade contra a Igreja Romana, tema principal do Congresso do Panamá, a realizar-se em fevereiro de 1916. Os evangélicos iriam discutir e decidir sobre os destinos da Igreja Romana, no tocante ao reconhecimento de seus sacramentos, sobretudo o batismo. Salomão Ferraz dedicou-se ao estudo profundo do tema e desse estudo surgiram duas conseqüências altamente significativas: primeiro ele adquiriu a firme convicção de que o batismo do sacerdote da Igreja Romana é válido para todos os efeitos; portanto, não deveria ser repetido pelas Igrejas evangélicas; batizar de novo seria invalidar a palavra divina pronunciada pelo padre na ocasião de administrar o batismo. Como segunda conseqüência, baseado nessa convicção, recebeu por profissão de fé cinco pessoas, sem rebatizá-las previamente, sob a alegação de que já haviam recebido o sacramento do batismo ministrado pela Igreja Romana.

Esta questão do batismo já fora levantada anteriormente por Simonton e posteriormente por Kyle, mas agora, com esta atitude desassombrada de Salomão Ferraz, cujo senso de dever era o de agir de conformidade com sua consciência, a questão incendiou-se. Muitos foram os artigos escritos nos jornais evangélicos na época. Como lenha posta na fogueira, Salomão Ferraz fez publicar seu opúsculo *Princípios e Métodos*, editado em julho de 1915, que abalou todo o meio evangélico. Os mais exaltados acusaram-no de romanista e traidor do Evangelho; outros mais liberais, defendiam-no, negando-lhe estas qualidades.

No opúsculo *Princípios e Métodos*, na verdade, Salomão Ferraz trata da questão do batismo; mas seu objetivo não era apenas este, porém, mais profundo; propugnava ele a união dos crentes evangélicos e não-evangélicos num único rebanho, numa só Igreja, na qual Cristo deveria ser o único pastor.

Princípios e Métodos **(Trechos escolhidos)**

E agora, sob o impulso de um dever que a conjuntura nos impõe, começamos a descerrar os lábios para relatar aos nossos irmãos o que temos visto e ouvido, rogando que nos ouçam com paciência, pois constitui as conclusões de um espírito empenhado no trabalho ativo da Igreja, certo de que o catolicismo evangélico é hoje a expressão mais aproximada do ensino e do espírito de Cristo capaz de combater o fanatismo, a intolerância e a estreiteza de vistas, para levar o povo pelo caminho da razão, liberta e ao mesmo tempo encorajada pela chama da fé e do amor cristão.

Identificar um povo romanista com o paganismo, que desconhece por completo a revelação divina em Cristo, não é somente uma inverdade, como também uma injustiça, e constitui grave obstáculo ao próprio trabalho evangélico. Os pregadores protestantes que assim procedem estão edificando, assentando os alicerces do trabalho em terreno duvidoso. Os homens que pensam, tementes a Deus, não podem pensar no trabalho evangélico com a pretensão de realizar um trabalho novo, fundando uma nova religião, porque a Igreja de Cristo é uma só, católica e universal, composta de todos os sinceros crentes em toda parte, em todas as corporações cristãs. A própria Igreja Romana, apesar de suas pretensões exclusivistas e formidáveis, não é a Igreja Católica; apenas pode ser uma fração da grande Igreja Católica, Apostólica de Jesus Cristo; (...).

Antes de ser ministro de uma Igreja particular, temo-nos em conta de obreiro do Reino de Cristo, de verdade, justiça e amor, cujos interesses não sacrificaremos em favor de qualquer agremiação, embora religiosa, que venha a aplicar-lhe viseiras, pretendendo que, com elas, se puxa melhor o carro da Igreja. Serventuário de uma Igreja, é certo, mas como homem, na sua inteireza, como livre filho de Deus.

Um pastor entra em uma modesta casa da roça, um ano após a última visita pastoral de seu antecessor, faz a pregação, faz cantar um hino e passa à celebração da Santa Ceia do Senhor. Ao passarem os elementos consagrados, alguns dos presentes, reconhecidamente membros de Igrejas evangélicas, com semblante descaído, confusos, envergonhados, lágrimas ardentes a rolar por algumas daquelas faces de cristãos sinceros, baixam os olhos, como múmias, conservam-se quedos, não se atrevem a tocá-los. Por que não comungaram? A razão é muito simples e muito triste; muito triste e pouco honrosa para os que repudiam o jugo opressor de Roma e receberam, como pretendem, a liberdade de consciência no seio do Cristianismo reformado. Eles não comungaram, simplesmente, porque são membros de outras corporações evangélicas; seus pastores e os concílios de suas Igrejas, com fins políticos e sectários, proibiram-nos expressamente de comungar com certas Igrejas irmãs, atiradas por eles, maldosamente, no índice de abominável tirania protestante, criando um drama de consciência no espírito dos crentes, obrigados a repudiar a voz de Deus para atender ao capricho e à política dos homens.

O que nos revolta, o que nos enche de indignação é ouvir, às vezes, a gritaria contra Roma; mas na prática procura-se repetir seus vícios, o que está sendo repellido com viril energia pela maioria vasta dos ministros e dos verdadeiros cristãos. Isto, entretanto, não é o resultado de um ânimo perverso, mas as consequências de idéias falsas e princípios errôneos. E a principal dessas idéias é a falsa noção de Igreja, a mesma que tem desnortado o sistema romanista. É esta pretensão desarrazoada de circunscrever a Igreja de Cristo a qualquer corporação ou grupo de corporações cristãs, traçando os limites da Igreja com exclusão de tudo o que não participa da exterior agremiação das igrejas protestantes. Como o romanismo que assentava seus marcos limítrofes, fora do qual não haveria salvação, muitos protestantes incorrem no mesmo erro e na mesma intolerância, apenas sob outra forma, cortando, assim, do rol de suas igrejas as demais corporações protestantes. É isto visivelmente um erro que tem dado lugar à mais deplorável confusão no trabalho do Evangelho, (...).

A esperança de unificar o mundo cristão em nossos dias não está em Roma, nem em Petrogrado, nem em parte alguma, muito menos na babel romana, grega, anglicana, presbiteriana, batista ou metodista, mas no trabalho com o espírito singelo, despretenso, harmonizando as almas em Cristo, esperançados somente no Cristo glorificado, no espírito de verdade, de amor, de vitória.

A Igreja de Cristo é uma: católica, universal, subdividida apenas em várias ramificações, mais ou menos aproximadas da verdade, mais ou menos vivas, mais ou menos dormentes, mais ou menos apóstatas, e isto sem exceção, embora nos pese. Não se trata de uma idéia pessoal, esquisitice, mas é o pensar dos espíritos mais esclarecidos de nossos dias e das mentalidades mais robustas e equilibradas ao prumo do Evangelho, (...).

A opinião geral de Igreja em todo o mundo, no oriente, no Ocidente, na Europa, na Ásia, na América do Norte, inclusive as Igrejas presbiterianas, metodistas, luteranas, anglicanas, congregacionalistas, valdenses e episcopais, é de que o batismo romanista é válido, razão porque não rebatizam os católicos romanos, ao abraçarem os princípios evangélicos e se unem às corporações reformadas. São recebidos na Igreja mediante, apenas, o testemunho de uma vida renovada e uma profissão pública de fé, exceção feita a uma pequena fração da Igreja Presbiteriana como por exemplo, a do Brasil. A praxe do rebatismo, praticada no Brasil, constitui uma exceção apenas, uma anomalia, quer na prática universal da igreja, quer na opinião dos mais abalizados teólogos presbiterianos. O consenso geral das igrejas pedobatistas, em todo o mundo, é contra o rebatismo.

A própria Igreja Romana é mais sensata quando confessa que a essência do batismo não se altera, vedando o rebatismo através de seus cânones, sejam quais forem as menores diferenças cerimoniais e doutrinárias, mesmo por corporações reconhecidas como heréticas. O ato de batizar não é aí consignado a uma classe privilegiada, mas é consignado à Igreja. O Dicionário Bíblico, em um volume de Hastings, reconhece três partes: o batizando, o ministrante e Cristo. A

segunda destas partes é a comunidade cristã ou a Igreja e não propriamente a pessoa que o administra, a qual, muito propositalmente, não é posta em destaque. Argumentam, entretanto, os partidários do rebatismo que, se a Igreja Romana não é cristã, é nulo seu batismo. Como se vê, o argumento peca pela base; toda a questão, como vemos, gira em torno de um ponto apenas: é reconhecer ou não reconhecer a Igreja Romana entre as Igrejas de Cristo. É esta a linha divisória das opiniões. A questão do batismo é apenas um corolário desta. Os acréscimos podem ser considerados nulos, mas não anulam a essência do batismo consubstanciado no venerando Credo dos Apóstolos. A praxe do rebatismo de romanistas posta em voga no Brasil, em certo meio evangélico, não tem razão de ser, não resiste a uma análise séria de qualquer espírito cristão sem preconceitos.

Princípios e Métodos e o Rev. Eduardo Carlos Pereira

A publicação de *Princípios e Métodos*, sem dúvida, abalou as convicções das personalidades mais representativas da cultura evangélica daquele tempo. O Rev. Eduardo Carlos Pereira, líder intelectual da Igreja Presbiteriana Independente escrevia em *O Estandarte* de 1 de abril de 1915: “Realmente, se o Romanismo é apenas um ramo um tanto corrompido do Cristianismo, não se justifica muito bem nossa propaganda na América do Sul. Os erros, porém, da Igreja de Roma são tão fundamentais que devemos, de fato, considerá-la um ramo cortado da árvore do Cristianismo, ou uma apostasia do Evangelho. Sem esta atitude franca, as missões na América do Sul perdem sua alta significação”.

O opúsculo *Princípios e Métodos* foi publicado em julho de 1915 e em *O Estandarte*, de 23 de setembro do mesmo ano, Eduardo Carlos Pereira fazia publicar a seguinte mensagem, expressa em reunião na Associação Cristã de Moços: “Esta [reunião] foi convocada não para discutir princípios, mas para unir corações, apertar simpatias fraternas, remover dificuldades e uma cooperação sincera na

evangelização desta cidade”. E mais adiante: “A essência da união reclamada por Cristo não está em fórmulas ou organizações, mas no amor intenso da irmandade”. O Rev. Eduardo Carlos Pereira tornou-se, daí por diante, um fervoroso propagandista da união das Igrejas, conforme expressou-se em editoriais subsequentes. Isto, com relação às outras denominações evangélicas.

Com relação à Igreja Romana, Eduardo Carlos Pereira escreveu em O Estandarte de 4 de novembro de 1915: “O problema, entretanto, se impõe à nossa consciência. É a Igreja Romana cristã, ou não é cristã? São para nós válidos ou não seus sacramentos? Devemos riscá-la ou não do quadro da cristandade? Seus grandes erros têm apagado por completo o seu caráter cristão ou não?” Preparava-se ele para tomar parte na Conferência do Panamá em fevereiro de 1916 e assim expressou-se no mesmo artigo: “O gentilismo tem sido o objeto das grandes convenções missionárias no mundo evangélico; o Romanismo vai sê-lo agora na Conferência do Panamá”. Se, em abril de 1915, representando a opinião do meio evangélico com relação a Igreja Romana – opinião essa conduzida por ele mesmo – o Rev. Carlos pereira, através de seus eloqüentes e persuasivos sermões e discursos, decidira “cortar” a Igreja Romana do rol da cristandade, por causa de seus grandes erros, após ler *Princípios e Métodos* deu um pequeno recuo em sua investida contra a Igreja de Roma. Punha agora em dúvida se seus erros, embora grandes, seriam ou não suficientes para apagar por completo seu caráter cristão e por isto não se justificaria cortá-la – na opinião dos evangélicos – da árvore do Cristianismo.

As dúvidas do Rev. Eduardo Carlos Pereira dissiparam-se no O Estandarte de 11 de novembro de 1915, ao escrever: “É perigoso para o Protestantismo encarar em globo o Romanismo e traçar numa palavra a sua atitude. É justo que tratemos com caridade a Igreja Católica Romana, e não lhe resgatemos os louvores que, porventura, tenha merecido; porém, manda a lealdade e a justiça e os interesses da América Latina que denunciemos com clareza e franqueza os seus grandes erros, erros que enfraquecem e anulam, na vida do povo, as

grandes verdades cristãs que ela sustenta em seu credo. É em nome dessas grandes verdades neutralizadas ou paralisadas pelos grandes erros que se reúne, parece-nos, a Convenção do Panamá. Esperamos com ansiedade e oração a atitude do Protestantismo para com a igreja dominante na América Latina, pois cremos que uma declaração solene, firme, leal e caridosa, emanada dessa assembléia, será de vasto e intenso efeito moral, de força e prestígio para os destinos do Evangelho entre as nações sul-americanas”.

Em 10 de fevereiro de 1916 abriu-se a Conferência do Panamá, a ela comparecendo o Rev. Eduardo Carlos Pereira com uma tese, na qual faziam-se grandes concessões á Igreja Romana, conforme o Rev. Bento Ferraz expôs em *O Estandarte* de 02/11/1916: “Cremos haver dito já o necessário par mostrar aos nossos caros leitores que a tese do Rev. Eduardo não envolve concessões injustas e exageradas à Igreja Romana, nem constitui um ataque forte demais àquela Igreja. E pelo que acabamos de dizer, é também claro que não há em sua tese, aliás magistral, nenhuma incoerência ou contradição, uma peça inteiriça digna de nossos aplausos, de nossos louvores e do acolhimento cordial por parte de todos os que zelam pela causa santa do Evangelho no Brasil”.

Faz parte da tese do Rev. Eduardo Carlos Pereira a seguinte referência à Igreja Romana. “Com prazer declaramos também que ela tem sido, na Providência de Deus, uma força para manter no mundo a idéia cristã, um grande baluarte do princípio da autoridade e da idéia fundamental de unidade cristã e que, na atividade e consagração de seus missionários em suas largas obras de beneficência tem ela prestado assinalados serviços à humanidade”.

Não alimentamos a menor dúvida de que esta edificante mudança de orientação da tese à Conferência do Panamá de 1916, em boa hora acolhida pelo Rev. Eduardo Carlos Pereira, foi inspirada na leitura do opúsculo *Princípios e Métodos*, reorientação esta que, sem dúvida, revela o espírito altaneiro e aberto do homem culto em busca dos verdadeiros princípios cristãos, em busca da Verdade de que era possuidor o autor da tese, homem digno de seu conceito como líder de

opinião religiosa no seio do protestantismo na América Latina. De seu livro *O Problema Religioso da América Latina* extraímos passagens lapidares como esta: “Ao discutir-se, por fim, o problema da cooperação e promoção da unidade cristã é que se revela a largueza e generosidade dos intuitos do Congresso Evangélico Panamericano do Panamá. No nobre esforço para se promover a obra cristã na América Latina externavam a esperança e intenção de aliciar a cooperação da Igreja romana em certos aspectos sociais de beneficência. Se louváveis eram esses intuitos, que de princípios ostentavam, força é reconhecer, com muitos congressistas, que excessiva era a esperança e desmemoriada a intenção” (pp. 139-140).

E mais adiante: “Acima dos fatos, das estatísticas, dos problemas particulares, é de se esperar que haja um ponto elevado de reunião, uma síntese superior, em que essa coletividade moral possa afirmar sua unidade (...). Embora, pois, a natureza dessas assembléias as inibe de serem deliberativas ou legislativas, nada impede que sejam declarativas e afirmem a sua unidade superior, a sua solidariedade íntima na esfera de princípios comuns. Expostos estes preliminares, voltamos nossos olhos para os diversos aspectos morais do Congresso Religiosos do Panamá. O primeiro que nos fere é o espírito de confraternização que domina a assembléia. O Protestantismo dividido, fragmentado, sectário é um espetáculo que sobremodo escandaliza aos latinos” (p. 140). E mais, “O mal está no partidarismo egoísta, no espírito orgulhoso de seitas, na intolerância e exclusivismo arrogante de homens acanhados, incapazes de absorver e assimilar o generoso espírito da vocação cristã” (p. 141). “Por ultimo, era a primeira vez após a Reforma que o Protestantismo Evangélico se encontrava assim, face a face com o Romanismo, a sós em um continente, cuja posse moral é, em última análise, de suprema importância para um e para outro” (p. 143). O Rev. Eduardo Carlos Pereira assim finaliza sua apreciação sobre a Conferência do Panamá: “se não pode o espírito latino erguer o Congresso à visão ampla de um mundo novo, animou-o, todavia, o espírito prático, caridoso e forte da raça anglo-saxônica. Não pode deixar de encerrar grandes promessas à união dos dois

espíritos, o amplexo das duas raças” (p. 144). Referia-se o Rev. Eduardo Carlos Pereira às opiniões divergentes entre a América do Sul e a do Norte.

Mas, de qualquer forma, as investidas contra a Igreja Romana foram providencialmente afastados do Congresso do Panamá, pela influência sábia do Rev. Eduardo Carlos Pereira.

Princípios e Métodos e o Rev. Bento Ferraz

As idéias expostas por Salomão Ferraz no opúsculo *Princípios e Métodos*,

Embora muito bem fundamentadas, teriam sido melhor aceitas se não fosse o estilo _____ no qual foram expostas: cáustico, entusiasmado e, algumas vezes, violento, fruto do ambiente de lutas no qual o autor, como vimos, por cento, fora acentuadamente influenciado por um lado; e por outro lado, seus estudos profundos sobre o tema o levaram à convicção da irrefutabilidade dos argumentos, invulneráveis à mais profunda análise, levando-o a lutar de peito aberto contra um inimigo, como pensava; que jamais poderia existir. Se acertou em cheio no alvo com seus argumentos sobre a validade do batismo da Igreja Romana, entretanto, expôs-se a severas críticas no concernente à forma de apresentá-los, por parte de um hábil polemista, afeito às lides forenses como advogado, o Rev. Bento Ferraz, também redator de *O Estandarte* e assíduo colaborador. Procurou este destruir todo o trabalho de Salomão Ferraz, atacando-o em seu único ponto vulnerável, seu estilo, aproximando-se do tom desassombrado de quem está com a verdade, mas, como reconheceu o próprio Rev. Bento Ferraz, era fruto do meio: “Lançamos logo à conta dessa quase irresistível influência mesológica, as expressões menos caridosas, menos verídicas e sobremodo injustas, que o Rev. Salomão ejaculou contra os independentes, e a que tivemos de nos referir no decorrer de nossa despretensiosa crítica aos seus *Princípios Métodos*” (*O Estandarte*, 16/11/1916, p. 4).

Para refutar os *Princípios e Métodos*, o Rev. Bento Ferraz não se colocou no campo de doutrina teológica – as leis divinas –, mas estribou-se naquelas leis feitas pelos homens, conforme determinava sua formação jurídica: as resoluções dos Sínodos, dos Concílios, das Assembléias, como se a verdade divina pudesse emanar da vontade de um grupo de pastores por meio da “deliberação” de que a verdade é esta e não aquela, muito embora houvesse vozes discordantes: “Sem cair no infalibilismo insensato da Igreja Romana, devemos reconhecer que o princípio da obediência às injunções da Igreja expressas em seus legítimos tribunais foi estabelecido iniludivelmente por Jesus Cristo numa cadeia férrea e lógica, que identifica a autoridade eclesiástica à própria autoridade divina: Quem a vós ouve, a mim ouve; quem a vós despreza, a mim despreza; e quem a mim despreza, despreza aquele que me enviou” (*O Estandarte*, 18/05/1916). A fragilidade deste argumento está evidenciada na falta de lógica: ou os discípulos e seus sucessores estão obrigados a seguir as expressas determinações do Mestre, ou poderão desprezá-lo, desprezando suas recomendações de ministrar um único batismo, rebatizando o crente todas as vezes que muda de agremiação administrativa religiosa. Em suma, se há somente um batismo, como foi instituído por Cristo, ou se há mais de um, como querem os homens. A citação bíblica acima não autoriza ninguém a reunir um punhado de homens e decidir coisa diferente do estatuído pelo Mestre.

Para melhor fazer-se ouvir pelos leitores de *O Estandarte* e com isto manter o status quo e as idéias separatistas que então fazia fervilhar no meio evangélico entre as duas Igrejas, Presbiteriana ou Sinodal, e Independente, idéias estas seriamente abaladas por *Princípios e Métodos*, o Rev. Bento Ferraz direcionou contra os Independentes as “expressões descaridas”, as demais figuras de retórica e as ilustrações contidas no opúsculo de Salomão Ferraz. O objetivo do jurista não era o de esclarecer uma verdade teológica, porventura estremecida no opúsculo, mas acirrar o ânimo dos Independentes contra o pastor presbiteriano, cujas idéias eram contrárias ao estatuído pelos sínodos e assembléias, reunião de

homens. A pregação mais certa seria chamar o “infiel” ao verdadeiro caminho – na opinião do articulista-, mas nunca pressionar os presbiterianos a eliminar o “infiel” de suas fileiras, conforme no mesmo jornal de 18/05/1916 escreveu: “Se a questão envolve escrúpulos de consciência, o dissidente não poderá manter-se dentro da Igreja, em virtude do próprio motivo. Só Deus é o Senhor da consciência: não há concílio ou autoridade contra a consciência ou acima dela senão Deus. Se o motivo, porém, não é de consciência, e que o não é, prova a permanência dos dissidentes no seio da Igreja e de seus concílios, era dever rudimentar e comezinho do Tribunal repelir *in limine* e com a máxima energia, consultas, opiniões ou atitudes manifestamente contrárias às suas próprias resoluções, já transitadas em julgado”.

Em um de seus artigos, o Rev. Bento Ferraz escreveu: “ou o provérbio só se aplica ao Rev. Salomão Ferraz, porque mero pigmeu, não tem as proporções daquele gigante do Presbiterianismo [referindo-se ao Dr. Hodge] e não faz jus a tão arrojadas heresias?” (*O Estandarte*, 23/11/1916, p. 5). Salomão Ferraz poderia ser um pigmeu no campo cultural religioso, mas suas observações eram feitas de cima dos ombros de gigantes, o que lhe permitia descortinar horizontes mais amplos. Nisto tudo vê-se a predominância do espírito jurídico sobrepondo-se ao espírito divino. Toda vez que o crente, seja qual for sua atividade, confunde os ditames de sua profissão temporal com as coisas religiosas, ele se torna ou um mau crente, ou um mau profissional. Esta afirmativa adquire importância muito maior quando se trata de sacerdotes, cuja missão é conduzir seu rebanho rumo à salvação pelos caminhos de Deus e não pelos caminhos dos homens.

Não assistia o Rev. Bento Ferraz imiscuir-se nas coisas que diziam respeito à disciplina da Igreja Presbiteriana – da qual havia se afastado em 31 de julho de 1903 -, ao opinar sobre a manutenção ou expulsão de seus dissidentes dentro de sua corporação, atitude esta explicado unicamente por seu espírito polêmico. Bento Ferraz, todavia, viu seus planos frustrados ao ser informado da transferência de Salomão Ferraz para a Igreja Episcopal Brasileira, na época sob a

direção do Revm°. Bispo Lucien Lee Kinsolving: “Foi um desvio lamentável de organização intelectual que levou o Rev. Salomão Ferraz para fora da Igreja Independente e que o deteve no seio da Igreja Sinodal, onde agora permanece como simples ou mero hóspede, segundo informações fidedignas, mas já de partida e vôo alado para os arraiais longínquos da Igreja Episcopal do Rio Grande do Sul...” (*O Estandarte*, 16/11/1916). Há um equívoco do articulista, pois a instituição chamava-se Igreja Episcopal Brasileira, com sede no Rio grande do Sul, mas desenvolvendo trabalhos em outros Estados, como no Rio de Janeiro. Bento Ferraz, contudo, nesse mesmo artigo fez uma profecia que se realizou quase meio século mais tarde: “As premissas lançadas em seu livro levar-nos-iam a concluir que sua ingrata peregrinação acabaria, afinal, na Igreja Romana, ou fora de qualquer Igreja”. O desejo de bento Ferraz, entretanto, era de que Salomão Ferraz aderisse ao movimento separatista de igreja Independente, mas despido de suas idéias liberais com relação à Igreja Romana, lamentando profundamente sua transferência para a igreja Episcopal. Mas Salomão Ferraz tinha suas convicções firmemente implantadas e, por certo, não seria na Igreja Independente o lugar mais apropriado para desenvolvê-las; pelo contrário, teria de sufocá-las. Com isto, a Igreja Presbiteriana perdeu um de seus leais obreiros, no dizer de Júlio A. Ferreira: “Sua folha de serviços às Igrejas Presbiterianas foi grande e boa” (FERREIRA, 1959 v. II, p. 148).

Não obstante, o Rev. Bento Ferraz passou a modificar a filosofia de seus editoriais, escrevendo, entre outras coisas: “Talvez o hábito de crer com os olhos fechados seja um dos motivos de nossa pobreza no que respeita a literatura religiosa: ela escasseia por falta de leitores” (*O Estandarte*, 10/02/1916). “Reatadas as relações pessoais entre os presbiterianos, com grande êxito, naquela memorável reunião, restava agora tomar medidas eclesiásticas no sentido de se estabelecerem os laços de união na Mesa do Senhor e nos púlpitos dos dois ramos do Presbiterianismo Nacional” (Idem de 17/02/1916). “Em janeiro próximo deve se reunir o Sínodo de nossa Igreja que, por sua vez, fará o que estiver em seu alcance para remover qualquer

embaraço à aproximação das duas Igrejas presbiterianas, e desde já devemos orar em favor daquele concílio. Todas as denominações evangélicas estão trabalhando na mesma direção, de modo que o movimento não é só presbiteriano, mas interdenominacional, e não é só brasileiro, mas é um movimento que agita o Protestantismo em todo o mundo” (idem, ibidem). “Queremos cooperar em todos os pontos em que a cooperação é possível, mostrando ao mundo que desejamos converter pelo Evangelho que, apesar de nossas divergências secundárias, somos – um corpo, naquele que é a cabeça da Igreja – Nosso Senhor Jesus Cristo” (idem, ibidem). “Mas, querendo agradar a Deus e respeitar a santidade deste movimento, só diremos que a consciência em nada nos acusa. Entramos nessa corrente impelidos pela própria consciência que nos arremessou para fora do Sínodo na noite memorável de 31 de julho. E estamos convencidos de que fizemos bem quando erguemos o lema – Pela Coroa Real do Salvador – como agora, por estarmos fazendo tudo em prol deste movimento que agita fortemente as Igrejas Evangélicas em todo o mundo” (*O Estandarte*, 24/02/1916) “... e que a resolução de nosso Sínodo em janeiro mostrará, não só a ele, mas a toda a Igreja e ao nosso bendito Rei, que a desejada aproximação não será feita sem quebra de princípios de parte a parte (...)” (idem, ibidem). Sem dúvida o opúsculo *Princípios e Métodos*, embora veemente refutado, começara a produzir seus efeitos.

Outras repercussões

A própria Assembléia de Valença, da Igreja Presbiteriana do Brasil, que em 1891 havia decidido contra a validade do batismo da Igreja Romana, em 1916, ao responder a consulta de várias pessoas, deliberou de maneira vacilante: “Em face dos bons resultados colhidos em meio século de experiências, em que ficou demonstrada a excelência do método de se receberem por batismo as pessoas vindas diretamente da Igreja Romana, a Assembléia Geral da Igreja Presbiteriana do Brasil resolve que essa prática seja continuada”.

Contra essa resolução insurgiu-se o Rev. Bento Ferraz, com as idéias predominantemente jurídicas: “*Legem habemus* – deveria responder a Assembléia, se não quisesse modificar ou reconsiderar a resolução tomada pelo Sínodo. O silêncio da Assembléia sobre uma tal resolução e o dos que tomaram parte proeminente nos protestos e consultas dão a idéia errônea de que a questão se achava ainda aberta, não tendo recebido decisão formal e categórica por parte da autoridade competente” (*O Estandarte*, 25/05/1916, p. 8).

O Rev. Salomão Ferraz tomou parte na Assembléia Geral em Valença e defendeu suas doutrinas dizendo, entre outras coisas: “O meu desejo é que essa questão seja ainda consideradas com calma e isenção de ânimo, nos seus méritos intrínsecos, independente de indivíduos, levando-se em consideração a experiência da Igreja através dos séculos e especialmente agora, a orientação que nos vai oferecer, em linhas gerais, o Congresso do Panamá, promovido, como sabemos, por homens de eminente piedade, de reconhecida experiência e saber, e de incontestável zelo pelo reino de Cristo” (*O Estandarte*, 25/05/1916, p. 8).

Outros setores

Em outros setores evangélicos, as convicções fortemente enraizadas contra a Igreja Romana foram seriamente amortecidas, como se lê em *O Estandarte* de 30 de março de 1916, transcrevendo um artigo de J. Marinho, no Puritano: “Sejamos coerentes. Ou continuamos a considerar a Igreja Romana como apóstata e antievangélica e prossigamos com o mesmo fundamento em nosso trabalho de pregar o Evangelho aos seus membros e de os convidar a deixá-la para aceitar a Cristo como único Salvador e Cabeça da Igreja, ou reconheçamos que a nossa missão entre os católicos romanos não (...)”.

O Puritano de 20/01/1916, órgão da Igreja Presbiteriana, assim tratou a questão através de um artigo de Domingos Ribeiro: “Muito se tem escrito e falado nestes últimos tempos quanto a atitude do Rev. Salomão Ferraz em referência à Igreja Romana; e, de tal modo, com tamanha veemência, com indignação tão profunda, que a impressão geral é q s.s. se bandeou para o Romanismo e se constituiu defensor até do sistema doutrinário da referida Igreja Apóstata. Essa impressão, porém, cumpre que desaparecerá, pois não tem absolutamente razão de ser, tanto mais que nenhum dos ardorosos polemistas quis dizer tal coisa. Podemos garantir que s.s. permanece cristão evangélico e continua, com habilidade e proficiências raras, numa linguagem candente, a verberar, a profligar, a estigmatizar, a combater estrenuamente a Igreja Papal que, no ponto de vista doutrinário, está hoje mais distanciada do Evangelho do que nos dias trevosos da Idade Média”.

Em carta dirigida ao articulista, Salomão Ferraz dizia naquela mesma ocasião: “Quanto à cúria papal, com sua arrogância, suas perversões da verdade, seus abusos, sua intolerância, eu sou dos que pensam que a mão da providência, que já lhe tem desferido os mais certos golpes desde a Reforma e o 20 de setembro, se encarregará de abatê-la até o pó. Da presente crise do mundo, o vaticano só poderá tirar o pior partido. Acima de todas as loucuras dos homens, sobranceiro a todas as aberrações, Cristo alcançará a suprema vitória. Seca-se a herva, perde-se a gala de sua beleza, mas a palavra do Senhor permanece eternamente. E ingente a obra que nesta Pátria nos cumpre fazer em nome de Cristo” (...).

Bispo Kinsolving

Todavia, *Princípios e Métodos* não recebeu apenas críticas dos protestantes radicais, que encontraram nele uma oportunidade para extravasar seus espíritos descaridosos. Do Revo°. Bispo da Igreja Episcopal Brasileira, Dr. Lucien Lee Kinsolving, Salomão Ferraz

recebeu uma carta acompanhada da respectiva importância, solicitando a remessa de vários exemplares, nos seguintes dizeres: “É meu desejo distribuir vosso admirável opúsculo a cada clérigo meu. Agradeço profundamente vossa mensagem; a mais terna, verdadeira, e mais católica afirmação que tenho ouvido dos arraiais do Evangelismo no Brasil, durante 25 anos. Queira Deus abençoar-vos ricamente e o Espírito Santo utilizar-se de vosso opúsculo para a propagação da verdade e estabelecer o amor nos corações de cada leitor” (Carta de 09/09/1915).

Consta da ata do 17º Concílio da Igreja Episcopal Brasileira, o relatório de seu bispo – acima citado – referente a suas atividades durante o ano de 1915, o seguinte destaque (p. 45):

O OPÚSCULO DO REV. SALOMÃO FERRAZ

Chegou-me há pouco às mãos o opúsculo do Rev. Salomão Ferraz, muito digno ministro da Igreja Presbiteriana, atualmente residente em Rio Claro, no Estado de São Paulo. O título é *Princípios e Métodos*.

No meio dos preparativos para este concílio e para minha projetada viagem, só tive oportunidade de ler às pressas o trabalho do Rev. Ferraz.

Não estou, portanto habilitado, depois dum exame tão perfunctório, a dar uma opinião amadurecida sobre o opúsculo. Entretanto, a impressão que me causou a leitura do mesmo, é que os “princípios” emitidos são básicos e fundamentais, reforçados pela citação de autores de peso, os “métodos” sugeridos pelo distinto autor são procedentes do espírito do Nazareno. Terei prazer em enviar do Rio de Janeiro um exemplar a cada pároco da igreja Episcopal Brasileira, recomendando que cada um examine por si mesmo, provando tudo e abraçando o que é bom. Peço ao venerável arcebispo de Porto Alegre para fazer um estudo do opúsculo, publicando o resultado do seu exame num artigo do nosso periódico, e nutro a esperança de que ele possa contrair do autor o espírito contagioso de amor cristão de que, ao meu ver, parece achar-se permeado o opúsculo.

Por entre todas as vozes que ecoaram em minha alma durante os 26 anos que resido no Brasil, ao que sei, não tem havido uma contribuição proveniente das fileiras evangélicas, mais sintética, nem um raciocínio mais saturado de prudência caridosa, nem uma voz mais repassada de ternura e amor evangélicos, do que a mensagem deste ministro, que não conheço pessoalmente; mas que convida os exércitos evangélicos a encararem uma visão nova, mais elevada, mais nobre, de justiça, caridade, pureza e paz.

Salomão Ferraz esperou, portanto, o grande momento para lançar sua criação, *Princípios e Métodos*, no sentido de inspirar as teses e decisões da Conferência do Panamá, em 1916. Já se pode afirmar que produziu efeitos benéficos, por ter evitado atitudes radicais entre as diversas irmandades religiosas, levando, assim, os

principais responsáveis pelo presbiterianismo no Brasil a posições mais comedidas.

Mas protestantes, segundo muitos, têm o dever de protestar, contra tudo e contra todos, contra o falso e contra o verdadeiro, sem contudo meditar sobre seus reais efeitos com relação ao Evangelho. Sua missão é protestar e, nestas circunstâncias, os polemistas evangélicos da época entravam em campo com o fim de anular o movimento de unidade cristã que se iniciava, e dava mostras de encontrar apoio no meio evangélico brasileiro. Diante das acirradas polêmicas sustentadas pelos opositores, o movimento arrefeceu. Na verdade, o conflito se tornou renhido entre as leis de Deus, defendidas por Salomão Ferraz, e as leis dos homens, sustentadas por seus adversários. Primeiro as leis de Deus, dizia aquele, depois as leis feitas pelos homens, sustentadas pelos juristas evangélicos. Em caso de conflito, as leis de Deus tinham primazia, na convicção do primeiro, e dever-se-ia agir de acordo com elas, mesmo contra as leis “infalíveis” feitas pelos homens. Esses mesmos homens, que criticavam a infabilidade do Papa, idolatravam a infabilidade de suas próprias reuniões e sínodos. “Importa antes ebedecer a Deus do que aos homens”; se assim pensava, Salomão Ferraz agiu com intrepidez, com inteira consciência e com liberdade.

Princípios e Métodos era uma obra de embate, idealizada, escrita e publicada sob o fogo do adversário. Mas a dureza e o menosprezo com que fora tratado seu autor, levou este a fazer uma introspecção com relação a seu futuro como ministro presbiteriano; não se sentiu seguro diante das atitudes extremadas dos crentes e pastores, sobretudo de outras denominações evangélicas que se serviram de ensejo para atacar o presbiterianismo no Brasil.

Todavia, para Salomão Ferraz, as decisões dos concílios – as leis dos homens – tomadas ontem são modificadas hoje e podem ser revogadas amanhã, e esta insegurança levou-o a refletir profundamente sobre sua situação como pastor da Igreja Presbiteriana e mesmo como ministro do Evangelho. Diante do gesto cristão e simpático do Revm^o. Bispo Kinsolving com relação a seu trabalho, fez

o Rev. Salomão Ferraz voltar suas atenções para a Igreja Episcopal; sua transferência para essa Igreja foi um passo apenas. Nela poderia expor suas convicções e agir de acordo com elas, sem ser molestado. Por conseguinte, poderia deixar Rio Claro e a Igreja Presbiteriana e transferir-se para o Rio de Janeiro, para ingressar na Igreja Episcopal Brasileira. A notícia desta transferência foi profundamente sentida, não somente na Igreja Presbiteriana como também na Igreja Presbiteriana Independente, como já relatamos.

A 8 de julho de 1916 nasceu a filha Esther, a sétima e última dos filhos do casal Salomão-Emília Ferraz.

Ainda em Rio Claro, em data que não foi possível identificar, Salomão Ferraz tomou uma decisão que muito entristeceu seu pai. Este vinha insistindo, nas conversas com o filho, em atacar a Maçonaria, até que Salomão resolveu filiar-se a essa agremiação, para conhecê-la.

Salomão Ferraz deixou a Igreja presbiteriana sem mágoas, sem cindir a Igreja, levando para a Igreja Episcopal, como não poderia deixar de ser, apenas sua família.

NA IGREJA EPISCOPAL

No Rio de janeiro

Os primeiros contatos do Rev. Salomão Ferraz com a Igreja Episcopal, de que se tem notícia, foi através do Revm°. Bispo dessa Igreja, Dr. Lucien Lee Kinsolving, e deram-se, como vimos, com relação ao opúsculo *Princípios e Métodos*, em 1915. Consta no Relatório do Revm°. Bispo Kinsolving, nas atas do 18º Concílio da Igreja Episcopal (p. 26), o seguinte: “no dia 10 de agosto [de 1916] conferenciei com o Rev. Dr. Meem e Rev. Salomão Ferraz”. Isto

aconteceu no Rio de Janeiro e parece ter sido, neste encontro, acertada a admissão do Rev. Salomão Ferraz na Igreja Episcopal, pois, em janeiro de 1917, este deslocou-se com sua família, em mudança para o Rio de Janeiro.

No 19º Concílio, realizado em Santa Maria, na Igreja do Mediador, a 1 de março de 1917, por proposta do Rev. Sergel, o Rev. Salomão Ferraz tomou assento no Concílio. Diz a ata deste Concílio: “O Revmº Presidente apresenta o Rev. Ferraz ao Concílio. O Rev. Ferraz faz um excelente discurso que causou a melhor impressão ao Concílio. O Revmº Sr. Bispo, após um breve discurso, convida o Rev. Severo a dirigir palavras de boas-vindas ao Rev. Ferraz”.

Como resposta, Salomão Ferraz, ainda segundo o relatório episcopal, “pronunciou um belo discurso no qual manifestou a sua impressão ao assistir o primeiro Concílio de nossa amada igreja” (op. cit. p. 22). No decorrer deste Concílio, Salomão Ferraz e João Mozart de Mello proferiram “esplêndidos sermões” (op. cit. p. 23). Como se vê, o biografado impressionou bem o clero episcopal em sua entrada nesta Igreja.

Nessa mesma data – 1º de março de 1917 – Salomão Ferraz foi confirmado membro da igreja Episcopal pelo Bispo Kinsolving, ato este realizado na igreja de Santa Maria-RS, acolitado pelo Rev. Sergel e pelo Rev. João Baptista Barcellos da cunha. A 8 de julho de 1917, o Rev. Salomão Ferraz foi ordenado ao diaconato na Igreja do Redentor-RJ pelo Revmº Bispo Kinsolving, acolitado pelo Rev. Dr. J. G. Meem, Venerável Arcediago do Rio de Janeiro, Rev. Sergel e Rev.. Jose Severo da Silva. O início de seu pastorado na Igreja Episcopal foi nas funções de coadjutor do Rev. Meem, na igreja do Redentor do Rio de Janeiro.

A 27 de janeiro de 1918, Salomão Ferraz foi ordenado ao presbiterato, por ocasião do 20º Concílio realizado na Igreja do redentor do Rio de Janeiro, por imposição das mãos do Revmº Bispo Kinsolving, acompanhado pelos Revs. Dr. J. G. Meem, Américo V. Cabral, C. H. Sergel, João B. B. da Cunha e José Severo da Silva. O

sermão da solenidade foi proferido pelo Rev. João baptista Barcellos da Cunha.

Na Igreja Episcopal, Salomão Ferraz foi pároco das igrejas do Méier e de São Paulo Apóstolo, em Santa Tereza (1918-1924). Traduziu a vida de São Paulo de James Stalker (1918); foi membro das comissões: de Eleições, da Publicação dos Cânones da Igreja Episcopal (1918), da Imprensa (1919), das Escolas Dominicais, Junto ao Congresso Evangélico, de Novas paróquias, dos Delegados Leigos e de Revisão do Livro de Orações Comum (1922-1928). Foi pregador conciliar no 22º Concílio (1920); fundou o jornal de propaganda evangélica O Clarim (1921), o Manifesto do Clero Evangélico do Rio de Janeiro (1922) e a Oração da pedra (1924), discurso pronunciado no lançamento da pedra fundamental da Igreja de São Paulo Apóstolo.

Em São Paulo

Em janeiro de 1925, o Rev. Salomão Ferraz foi transferido para São Paulo nas funções de pároco da Capela do Salvador. Nesse ano publicou o Manual de Orações e em 17 de junho de 1928 fundou a Ordem de Santo André, com as seguintes finalidades:

“1º) ...

2º) Seu principal objetivo é infundir nas almas o sentido da divina realza de Jesus Cristo e de respeito aos seus Santos, tomando especialmente como orago e modelo o primeiro dos discípulos, que foi o Apóstolo Santo André, para destarte incentivar a prática das virtudes evangélicas na vida dos indivíduos e em suas relações sociais.

3º) ...

4º) A *Ordem de Santo André*, em São Paulo, destina-se a expandir-se por todo o território Brasileiro, e, mesmo além de suas fronteiras, incentivando a criação de irmandades filiadas a esta sede, vinculadas por um comum estatuto, por um Diretor Geral e pelo Grande Capítulo, que se reunirá cada ano e, de preferência, na semana em que ocorre a festa de Santo André, a 30 de novembro, e com a

representação de todas as irmandades que formam a família Andreлина”.

No 31º Concílio da Igreja Episcopal, em 1929, Salomão Ferraz pregou o Sermão de Ordenação dos Revs. Euclides Deslandes e John Iasogi Ito.

Juntamente com D. Julia Dickie fez a revisão do hinário *Salmos e Hinos*; compôs os hinos Oráculos Divinos e Vila de Belém, que fazem parte do Hinário Evangélico. Colaborou em O Estado de São Paulo e no Diário de São Paulo; fundou o jornal de propaganda evangélica Aleluia. Foi membro da União dos Obrieros. Em 1929 publicou a Liturgia da Santa Comunhão e em 1934 a Liturgia da Santa Missa.

Sua pregações eram elogiosamente comentadas nos relatórios do Revmº. Bispo Kinsolving, o que vem demonstrar o prestígio que Salomão Ferraz gozava no seio da Igreja Episcopal, e no conceito de seus colegas, tanto dessa Igreja quanto das demais denominações evangélicas.

O bispo Kinsolving afastou-se da diocese por motivos de saúde; sucedeu-o o Revmº. Bispo William M. M. Thomas, eleito Bispo Sufragâneo do Brasil por unanimidade, em 17 de outubro de 1925, na Igreja de São Paulo, em Nova Orleans, EE. UU., e iniciou seu bispado em 17 de outubro de 1926. Tem-se propalado que o Revmº. Bispo Thomas, de idéias conservadoras, entrou em choque com Salomão Ferraz no tocante às idéias “avançadas” deste. Os documentos consultados (os relatórios episcopais) não nos autorizam a confirmar este fato; pelo contrário, nota-se, mesmo, que o Bispo Thomas prestigiou em tudo seu presbítero. Enquanto Salomão Ferraz não era escolhido por seus colegas para integrar comissões, o Bispo Thomas o nomeava, sobretudo para aquelas da qual este era presidente nato.

As relações entre o Bispo Thomas e Salomão Ferraz parece terem começado a estremecer em 1935, não por questões pessoais, mas em virtude de algo que ultrapassou as boas relações eclesásticas entre ambos. De fato, em 10 de março de 1934, o Bispo Thomas

relatou (Ata do 36º Concílio, p. 58) ter tido “uma agradável reunião em casa do Rev. Ferraz”, mas no relatório constante da ata do 38º Concílio (pp. 37-38), o Revmº Bispo relatou: “Com o desejo e o propósito de resolver uma situação difícil que ocorreu na direção da Capela de Salvador, em São Paulo, em 28 de julho (de 1935) nomeei o Rev. Nemésio de Almeida pároco interino da referida congregação e, mais tarde, em 21 de novembro, o Rev. João Thimóteo da Silva, deixando o pároco [Ver. Salomão Ferraz] em disponibilidade. Se até 1934 as relações eclesásticas eram as melhores possíveis, apesar das divergências doutrinárias, o que parece estar indicando um alto espírito de tolerância por parte do Bispo Thomas, deve ter ocorrido algo grave com relação aos cânones da Igreja Episcopal, de modo a justificar a medida drástica tomada.

Segundo as declarações do Bispo Thomas, no mesmo relatório, consta: “A ambos os clérigos assim nomeados, o Rev. Salomão Ferraz e a Junta Paroquial recusaram-se a reconhecer como párocos, negando assim o direito que compete ao Bispo de nomear o pároco daquela congregação. Conscientiosamente fiz tudo quanto estava ao meu alcance afim de garantir à Igreja a estabilidade, a harmonia e a ordem que devem caracterizar nossa diocese (...). Visto que o pároco e a Junta Paroquial da Capela do Salvador, em São Paulo, nada fizeram para respeitar os cânones, as rubricas e os precedentes a que apelei, outro caminho não me resta senão suprimir o trabalho existente em São Paulo e fundar outro, o que será feito”.

Conforme relatou em 4 de junho de 1936, o Bispo Thomas assim justificou seu ato: “Recebi notificação da Comissão Permanente de que o Rev. Salomão Ferraz havia abandonado esta Igreja por ter assumido a direção de uma congregação que não é mais desta Igreja, recomendando sua suspensão. Suspendi de acordo com o Cânone 36, parágrafo I” (Ata do 39º Concílio, p. 57)

Seu rompimento com a Igreja Episcopal parece não ter abalado o espírito de Salomão Ferraz que, fiel a seus princípios, insistia no firme propósito de modificar os rituais prescritos nos cânones da Igreja, à qual devia obediência. Se por um lado abria mão do ordenado

destinado a seu sustento e dos subsídios para a manutenção da Capela do Salvador, por outro lado adquiria a liberdade de agir por conta própria e realizar seu sonho de ser bispo, sonho este alimentado pelo prestígio de que desfrutava entre os clérigos da Igreja Episcopal e revigorado pelo desejo de seus poucos seguidores incondicionais, membros remanescentes da Capela do Salvador.

Todo reformador, ao fazer valer suas idéias reformistas, tem de lutar contra duas forças que agem concomitantemente. A primeira delas é representada pela hierarquia da instituição a que pertence, que tudo prevê e deixa pouca margem para as iniciativas pessoais de seus integrantes. Aliás estas exigências são necessárias porque para uma instituição manter-se em funcionamento tem de fazê-lo de maneira unificada em todas as suas unidades de trabalho. No caso das instituições religiosas, suas administrações, seus rituais e suas doutrinas obedecem a preceitos previamente formulados; e por mais sublimes que sejam suas convicções e seus objetivos, aos reformadores não assiste o direito de agir contra as regras prescritas. Em razão disto, os reformadores não encontram espaço para uma ação consentânea com sua consciência, quando esta entre conflito com os ditames institucionais estabelecidos. No contexto da religião, os rituais são secundários com relação à fé, por exemplo, mas se são prescritos, têm de ser obedecidos. Não assiste ao reformador também, em nome do aperfeiçoamento do ritual, desobedecer as autoridades constituídas.

Em sua ação renovadora o reformador tem, quase sempre, de lutar contra uma outra força: o entusiasmo e as paixões de seus seguidores. Precisando de apoio público para triunfar, o reformador deixa-se inocentemente arrastar e acaba por tornar-se vítima das irracionalidades dos atos daqueles q o seguem; na ânsia de levá-lo ao triunfo, assumem e fazem o reformador assumir atitudes imprudentes. Quando estas duas forças triunfam, o reformador não tem outra alternativa senão renunciar, ou então, aceitar humildemente as conseqüências.

A luta por seus ideais trazia a Salomão Ferraz, não raro, conseqüências, de certa forma, negativas. Sua congregação tornava-se

cada vez mais reduzida na medida em que introduzia inovações no ritual do culto: quando colocou os círios sobre o altar, posteriormente colocou nele o crucifixo e instruiu o sinal da cruz. A pregação sobre a transubstanciação também afugentou alguns dos já poucos membros ainda fiéis, e parece ter sido a substituição do termo “culto” por “missa” a gota d’água que entornou o copo.

Os relatórios episcopais acusavam poucas confirmações; na última visita episcopal à sua paróquia, nenhum membro foi confirmado. Enquanto outros pastores aumentavam seus rebanhos com pessoas vindas da Igreja Romana, Salomão Ferraz não promovia campanhas de evangelização junto aos adeptos da Igreja Romana por entender que eles também eram cristãos, e era melhor deixá-los lá. Se confirmações havia, eram de pessoas que se apresentavam espontaneamente; na verdade, não as recusava.

Salomão Ferraz alimentava grande simpatia por tudo o que era pomposo. Se por um lado suas inovações destinavam-se a dar guarida às manifestações de seu espírito místico pelo sublime, pela pompa, por outro lado, entendia ser esta a melhor forma de aproximar católicos romanos e protestantes, através dos rituais e da revisão das doutrinas.

O reformador nato, em dado momento de sua carreira, tem de optar entre duas alternativas: ou submeter-se aos freios dos cânones, ou agir de acordo com suas convicções, sobretudo quando se sente apoiado. O Rev. Salomão optou pela segunda alternativa, pois não iria abandonar seus ideais por mais constrangedoras e amargas que fossem as consequências: reuniu seus seguidores e mais algumas entidades interessadas, fundou a Igreja Católica Livre e fez-se eleger seu bispo. Para compensar o ordenado perdido, aceitou o cargo de diretor da então Biblioteca do Estado, indicado pelo Rev. Othoniel Motta, que dele se aposentara. Este cargo Dom Salomão ocupou até 1939, ocasião em que a Biblioteca do Estado foi incorporada à Biblioteca Municipal “Mário de Andrade”.

NA IGREJA CATÓLICA LIVRE

Eleição episcopal

Desligado da Igreja Episcopal Brasileira, Salomão Ferraz convocou e presidiu o 1º Congresso Católico Livre. O evento realizou-se na Capela de Salvador, à rua da Consolação, 452 (da época), iniciando a 1ª sessão em 9 de dezembro de 1936. Compareceram ao ato representantes dos Antigos Católicos do Brasil, os membros da Ordem de Santo André e a Junta Paroquial da Igreja do Salvador.

O Congresso tomou as seguintes resoluções: 1) É consagrado o nome de Igreja Católica Livre. 2) Reconhecer a Ordem de Santo André como corporação da Igreja. 3) Em todas as paróquias se organizem Capítulos da Ordem de Santo André. Anualmente se reunirá o Grande Capítulo da Ordem. 4) A criação de uma escola primária, secundária e seminário sob a denominação de Instituto Santo André da Igreja Católica Livre. 5) Publicação do Missal e Ritual, no vernáculo. 6) Os padres estrangeiros deverão incorporar-se no ambiente nacional. 7) Criar um periódico com o nome de O Católico Livre.

Na 8ª Sessão, realizada no dia 12 de dezembro 1936, o Congresso Católico Livre proclamou, por unanimidade, Bispo Eleito da Igreja Católica Livre o Revmº Salomão Ferraz. Este nomeou o Conselho Provisório da Igreja. No domingo, dia 13 de dezembro, celebrou como bispo a Missa do 4º Domingo do Advento.

O Congresso Católico Livre encerrou seus trabalhos a 14 de dezembro de 1936 com uma mensagem do bispo eleito, Dom Salomão Ferraz, intitulada “A Igreja e a Sinagoga”. O Congresso foi secretariado pelo Prof. Eurico dos Santos Figueiredo.

Ainda nesse Congresso, foram aprovadas as seguintes conclusões: “I – Reconhecer a visão da realidade transcendente e imanente no universo, na vida, através da fé. II – Fora de fé não há esperança para os homens, para as nações, para a civilização. III – Recomendar que os sacramentos sejam tidos na Igreja como as mais

altas honras, celebrados com reverência e com todas as preocupações, na língua do povo, consoante o ensino apostólico e as melhores tradições cristãs. IV – Chamar a atenção para a grande importância que tem a função do sacerdócio especial, dos ministros, da palavra e dos sacramentos, que devem ser realmente vocacionados e aptos para os altos misteres do seu ofício que, neste caráter, devem ser estimados e protegidos pelos fiéis e, mediante estes, pelo público em geral, V – Reconhecer que o Sacrifício Eucarístico do Altar foi instituído no interesse social do povo, estabelecendo os laços de uma santa irmandade – consciente, responsável, inteligente, instruída, livre. VI – Reconhecer aos sacerdotes da Igreja Católica Livre o direito apostólico de serem constituídos em família. VII – Reconhecer o incremento, por todos os meios, da educação popular e que nenhuma zona do território nacional seja privada dos benefícios da instrução. VIII – Reconhecer que com a educação secular seja ministrada a educação religiosa. IX – Aprovar o ensino das nações filosóficas, psicológicas, lógica e moral nos cursos secundários, elementos indispensáveis a uma formação mental robusta e equilibrada. X – Congratular-se com todas as associações que se empenham na obra benemérita de pôr as Santas Escrituras ao alcance de cada homem em seu próprio idioma. XI – Reconhecer no Santo Sacrifício do Altar o supremo ato do culto e o laço divino e sacramental de unidade entre todos os crentes devidamente batizados cristãos. Declarar que a Missa do Senhor acolhe com amor fraterno com todos os verdadeiros cristãos”.

Na 9ª Reunião da Igreja Católica Livre, realizada a 26 de maio de 1938, discutiu-se a possibilidade do reconhecimento desta Igreja pelos movimentos congêneres em várias partes do mundo: União de Utrecht, Igreja Alta da Suíça, Igreja dos Velhos Católicos na Europa Norte e Europa Central, Igreja Polonesa e Igreja Anglicana.

É oportuno alertar a atenção dos leitores para a existência de uma outra instituição religiosa, de nome semelhante a que tem causado algumas confusões, sobretudo entre os leigos: a Igreja Católica Apostólica Brasileira (ICAB), OU SIMPLEMENTE Igreja

Brasileira. Esta foi fundada em 1913 pelo Cônego Manuel Carlos de Amorim Correia, em Itapira-SP, depois de ter sido excomungado pela Igreja Romana. Uma das características desta Igreja era ecumênica, pretendendo reunir católicos brasileiros, maçons, evangélicos e espíritas. Em virtude de seus clérigos não possuírem a sucessão apostólica, pois nenhum deles era bispo, o movimento de Itapira não foi avante, esfacelando-se em 1936. Foi o Bispo de Maura, Dom Carlos Duarte Costa que, em seu *Manifesto a Nação*, em 1945, “erigiu canônica e juridicamente a igreja Católica Apostólica Brasileira – e que se tornou o mais importante documento confessional da ICAB” (FREITAS, 1987, p. 10).

Dom Carlos era bispo diocesano de Botucatu-SP e vinha se desentendendo com o Vaticano há muito tempo: Ele havia participado ativamente na Revolução Constitucionalista de 1932, chegando a formar um batalhão de combate em sua diocese. Esses conflitos tinham caráter político, pois o Bispo de Maura não aprovava a aproximação do Vaticano com o fascismo e era simpatizante de algumas teorias soviéticas. Do ponto de vista eclesiástico, considerava o Papa apenas como Bispo de Roma, defendia a missa celebrada no vernáculo e o casamento dos padres. As desavenças com o vaticano tinham raízes teológicas. O Bispo de Maura negava a infabilidade do Papa quanto à faculdade de interpretar as Sagradas Escrituras, aceitava o divórcio, e seu ecumenismo era de uma abertura sem limites. Estes e outros motivos levaram o Papa Pio XII a excomungá-lo.

Sagração episcopal

Eleito bispo da Igreja Católica Livre, surgiu o problema da necessária sagração, com a qual Dom Salomão passou a preocupar-se. Recebeu vários oferecimentos, dentre eles, o do Arcebispo Ladislau M. Faron, de Varsóvia – que seria conferida, desde que Dom Salomão viajasse para aquela cidade -; os Bispos Ordinários de Chicago, da

Polônia, dos Estados Unidos da América do Norte e do Canadá também se ofereceram. Cogitou-se ainda de a sagração ser ministrada por Dom João Perlsowski, chegando a ser marcada a data.

Entretanto, os rumores da II Grande Guerra Mundial já se faziam ouvir e sua deflagração, em 1939, levou Dom Salomão a desistir de viajar para o exterior em busca da competente sagração, passando a procurá-la dentro do próprio país. Finalmente, a oportunidade surgiu através de entendimentos com o Bispo de Maura, Dom Carlos Duarte Costa, anteriormente citado.

Consta da respectiva ata que: “Realizou-se hoje, dia quinze de agosto de mil novecentos e quarenta e cinco, Festa da Assunção de Nossa Senhora, às dez horas e trinta minutos, no templo da Igreja Cristã de São Paulo à rua Baronesa de Itu, número quarenta e oito, nesta cidade de São Paulo, a Sagração Episcopal de S. Excia. Revmº, Dom Salomão Ferraz, Bispo Eleito de São Paulo. Transmitiu a herança apostólica ao eleito, S. Excia. Revmº Dom Carlos Duarte Costa – Bispo do Rio de Janeiro”.

A cerimônia durou três horas, foi acolitada por oito sacerdotes e um diácono e foi dividida, de acordo com o cerimonial da Igreja Católica Romana, em sete partes? 1) Preparação; 2) Prelúdios da sagração; 3) sagração; 4) Entrega das primeiras insígnias; 5) Continuação da Missa; 6) Entrega das últimas insígnias; e 7) Conclusão. O bispo celebrante usou a mitra e o bispo eleito o barrete. Lido o mandato apostólico, seguiu-se o juramento e a sagração propriamente dita. O eleito recebeu o báculo e o anel e, no final, recebeu a mitra. Esta sagração foi inequivocamente reconhecida pela Igreja Católica Apostólica Romana.

Incidentes

Como bispo da Igreja Católica Livre, há passagens interessantes a assinalar, contadas por aqueles que com Dom Salomão conviveram: seu irmão Rev. Dr. Seth Ferraz e o Rev. Roldão Trindade

de Ávila, seu genro, ambos pastores Jubilados da Igreja Presbiteriana Independente. Contam eles que uma das maiores objeções feitas pelas autoridades eclesiásticas da Igreja Romana em São Paulo tinha por objeto o uso da batina por parte do bispo da Igreja Católica Livre, em suas andanças pela cidade, igual a dos bispos da Igreja Católica Romana, o que criava grandes confusões. Num bonde, o Rev. Roldão presenciou um vigário levantar-se de seu lugar, beijar o anel do bispo e sentar-se atrás, de acordo com as normas regulamentares. Em outra ocasião, Dom Salomão fora convidado para officiar num enterro no Hospital Cruz Azul. Lá chegando, foi recebido pelas freiras com toda a amabilidade, respeito e mesmo devoção, pensando tratar-se de um prelado católico romano. Mas quando o celebrante iniciou a cerimônia, lendo a respectiva liturgia na língua portuguesa, as freiras e os enfermeiros, percebendo o engano, retiraram-se imediatamente, em sinal de protesto.

Uma outra vez, um padre católico romano fora proferir uma conferência, na Associação Paulista de Imprensa, sobre “Comunicação e Jornalismo”, à qual compareceu Dom Salomão Ferraz, sentando-se no auditório. Quando o conferencista, da mesa, percebeu “um bispo” no auditório, recusou-se a iniciar seu trabalho, sob a alegação de que não poderia fazê-lo sem a autorização de seu superior presente. Os promotores da conferência, ao identificar Dom Salomão, um dos membros da Associação Paulista de Imprensa, imediatamente o convidaram para tomar assento à mesa e deram-lhe a palavra para fazer a apresentação do conferencista, o que o fez, enaltecendo a cultura deste. Segundo afirmou Dom Salomão, “o orador realizou um brilhante trabalho”.

Diante destes e de outros incidentes, as autoridades eclesiásticas da Igreja Romana resolveram recorrer às autoridades policiais, sob o fundamento de que o uso da batina em público era privilégio exclusivo do clero católico romano. Assim sendo, conseguiram uma ordem de prisão, distribuída a todas as delegacias. Dom Salomão enfrentou o problema passando um dia inteiro andando de batina pelas ruas, principalmente no centro da cidade, trocava de

veículo de transporte mesmo sem necessidade e não foi sequer molestado. É que, segundo consta, a maçonaria, da qual Dom Salomão fazia parte, entrou em cena e protegeu seu irmão, avisando às autoridades policiais para não executarem a ordem de prisão, aliás, posteriormente revogada, sob o fundamento de que não era crime previsto por lei o uso de batina por pessoas não credenciadas pela Igreja Católica Romana.

Dom Salomão Ferraz era, entretanto, admirado pela maneira persuasiva com que enfrentava seus opositores nas discussões teológicas. Em certa ocasião, um crente metodista, Sr. Marques, pretendeu confundi-lo perguntando porque ele permitia, em sua capela, que um dos fiéis rezasse diante do crucifixo, sendo Dom Salomão um sacerdote de origem protestante; ao que este respondeu: “Que mal ele está fazendo? Ele está olhando o crucifixo pensando em Jesus Cristo e entrando em diálogo com Ele, numa atitude sincera em seu ponto de vista pessoal, sem prejudicar quem quer que seja; seria isto muito melhor do que estar bebericando em um bar. Aquele homem aprendera a entrar em contato com Cristo daquela forma; impossibilitado de conceber a presença de Cristo de uma forma puramente espiritual, usava o crucifixo como arrimo. É como o aleijado que, impossibilitado de andar, vale-se de uma cadeira de rodas ou de muletas. Era melhor adorar Jesus Cristo diante de um crucifixo do que não ter religião”. O Sr. Marques disse aos informantes: “Dom Salomão é um homem extraordinário. Não se pode contestar o que ele diz; acaba-se concordando com ele em tudo”. De fato, ele era assim: persuadia sem entrar em polêmicas. Dias antes de morrer, Dom Salomão disse a Rev. Roldão: “Eu já discuti muito, lutei muito, escrevi muito, mas nunca destruí ninguém”, querendo, com isto, dizer que expunha seus pontos de vista sem abalar a fé dos interlocutores.

Conta ainda o Rev. Roldão um episódio ocorrido com seu colega, o Rev. Emílio Kerr. Este era um ferrenho crítico das idéias de Dom Salomão, em artigos publicados no Jornal Batista Paulistano. Nosso informante estranhou que o articulista deixara de escrever

contra Dom Salomão, ao que o Rev. Kerr. Explicou: esteve em minha casa uma moça que não era crente, amiga de minhas filhas, dizendo que morou como pensionista em casa de Dom Salomão e teve a impressão de ter morado na casa de um santo. A atitude dele à mesa, sempre reverente, nunca criticava ou censurava ninguém, nunca reclamava nada, tratava todos com o mais profundo respeito. Ela o admirava como a um santo”. E o Rev. Emílio Kerr. nunca mais escreveu nada contra Dom Salomão, por não querer combater a um homem santo, segundo o testemunho daquela moça, e declarou: “Quem sou eu para escrever contra um santo, porque eu não sou santo, pois sou irritadiço, austero e, às vezes, até inconveniente”.

Características

A Igreja Católica Livre possuía duas características que a distinguiam da Igreja Católica Romana: suas missas eram celebradas em português e não em latim, e seus sacerdotes podiam constituir família. A Igreja Livre seguia as diretrizes da Velha Igreja Luzitana e a dos antigos católicos da Europa e da América, os quais, por seu turno, estavam em comunhão com o Catolicismo Anglicano e com a Igreja Ortodoxa. Dom Salomão não podia compreender que uma religião católica, rígida e mal adaptada às diferentes partes do mundo, fosse implantada no Brasil com a mesma rigidez. A religião deveria ser adaptada aos costumes e à vida brasileira.

Nessa ocasião, o governo brasileiro, sob a ditadura de Getúlio Vargas, estava empenhado na nacionalização da Igreja, o chamado “nacionalismo”, muito criticado até hoje, sobretudo por causa da posição assumida pelo Vaticano perante o fascismo. Getúlio Vargas interessou-se pelo movimento católico livre de Dom Salomão e procurou colaborar com o problema da sagração deste, naquela época programada para ser realizada na Holanda, na Catedral de Santa Gertrudes, em utrecht, e presidida pelo Revmº Dr. Andreas Rinkel, Arcebispo da Igreja dos Velhos Católicos nessa cidade. Getúlio

Vargas recomendou a seu ministro das relações Exteriores o fornecimento de um passaporte diplomático. Todavia, a deflagração da Grande Guerra, em 1939, fez Dom Salomão desistir.

Dificuldades

Em 1948, a Igreja Católica brasileira (ICAB), a Igreja do Bispo de Maura, foi alvo de uma forte pressão da parte do Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime Câmara. A ICAB programara a realização de uma missa campal. O Cardeal encaminhou ao Sr. Presidente da república um memorial solicitando a proibição da missa campal e Oe fechamento de todas as Igrejas da ICAB. Encaminhado o memorial ao Ministro da Justiça, este determinou o fechamento daquelas Igrejas, bem como a proibição da missa campal, ordens estas executadas pela polícia.

Sentindo-se ameaçado, pois sua Igreja, a Católica Livre, possuía as mesmas características, Dom Salomão enviou um memorial ao Sr. Presidente da republica, invocando as garantias constitucionais constantes da Carta Magna: “É inviolável a liberdade de consciência e de crença e assegurado o livre exercício dos cultos religiosos, salvo o dos que contrariam a ordem pública ou os bons costumes”.

Progresso

Em um ano de existência, a Igreja Católica Livre já se estendia por vários municípios do Estado de São Paulo e por alguns dos estados da União, com grande aceitação por parte do público. As atividades de Dom Salomão, uma vez firmadas as doutrinas fundamentais do movimento ecumênico, no sentido de unificar os rituais dos cultos e das missas, tornaram-se rotineiras. Pregava ele o casamento dos sacerdotes, a missa no vernáculo, a importância da Santa Eucaristia para a vida do crente e escrevia para os jornais

seculares, em suas colunas religiosas, e em seu jornal próprio, *O Católico Livre*. Igualmente dava ênfase à propaganda da união das Igrejas e à organização de uma Igreja nacional.

Além das publicações já mencionadas, levou a efeito a revisão do Missal Brasiliense e publicou os opúsculos *O Sacerdócio Cristão* e *maioridade nacional Civil e Religiosa*. Celebrava o casamento de desquitados e divorciados. Estas atividades Dom Salomão desenvolvia, ora em nome da Igreja católica Livre, ora em nome da ordem de Santo André.

Dom Salomão Ferraz foi jornalista, membro da Associação Paulista de Imprensa e pertenceu à Maçonaria, fazendo parte da loja Campos Salles, dela desligando-se em 9 de março de 1959, por ocasião das negociações para seu ingresso na Igreja Romana; aliás, esta era uma das exigências.

NA IGREJA ROMANA

Admissão

Não obstante os progressos conseguidos pelo movimento católico livre, tanto no que diz respeito ao aumento do número de sacerdotes, que o viam com grande simpatia em virtude, principalmente, da possibilidade de exercerem sua vocação sacerdotal na condição de chefes de família e também de celebrar os serviços divinos no vernáculo, quanto na aceitação do público que nele via uma religião, cuja prática se aproximava mais da vida real e tocava-lhe mais fundo na alma, Dom Salomão sentia a necessidade de imprimir uma atividade mais intensa à sua vocação ecumênica, sem as pressões dos opositores, sobretudo do clero católico-romano. Este via suas fileiras cada dia mais desfalcadas por falta de vacações e pela debandada cada vez mais intensa de seus sacerdotes para outras organizações religiosas e mesmo para as atividades seculares, além de

constatar o esvaziamento de suas igrejas nas celebrações. Do lado dos protestantes as pressões não eram menores. Dom Salomão era muito criticado, também, pelo fato de pregar a união das Igrejas e ele mesmo, na prática, ter fundado uma nova, aumentando, assim, o número de instituições religiosas dissidentes.

Por seu lado, a Igreja Romana também já começara a sentir o esvaziamento de seu clero e de suas Igrejas; por isso, entregou-se a um trabalho de introspecção, agora de caráter ecumênico. Diante deste acontecimento, Dom Salomão, por si e aconselhado por seus admiradores católicos romanos, iniciou as primeiras conversões a respeito de sua transferência para aquela Igreja. Todavia, em Roma, se havia certa tendência para o movimento ecumênico por parte do Santo Padre, a hierarquia da Igreja pensava de maneira diferente e opunha grandes obstáculos. É que se intentava introduzir o ecumenismo, idéia extremamente renovadora, por intermédio de homens de mentalidade conservadora, tradicional, e cânones inadequados. E as conversações de Dom Salomão, iniciadas no papado de Pio XII, fracassaram, porque sua transferência implicaria profundas renúncias: de sua família, de sua condição de bispo, de seu batismo protestante e outras, devendo submeter-se a um processo de desquite, a uma declaração de renúncia do bispado a um novo batismo. Além disto, Dom Salomão teria de submeter seus pronunciamentos a uma censura prévia, o que significava usar antolhos. Ora, neste estágio de sua personalidade, de seu acervo cultural e de sua atividade em prol da união das Igrejas, as condições impostas tornavam-se decididamente inaceitáveis: não era um Dom Salomão livre, que iria destruir todo o realizado em meio século de sacerdócio, um patrimônio inegavelmente valioso conseguido a custa de muito trabalho, sacrifício mesmo, abnegação, coragem, e sobretudo sobre uma fé inabalável. Sobre a renúncia de sua família, disse: “Na minha família, nem um arranhão”.

Diante disto, os entendimentos foram abandonados até 1959, quando, no papado de João XXIII, os entendimentos foram renovados, agora com grandes possibilidades de êxito, pois o novo papa tinha idéias bem diferentes, muito ligadas ao ecumenismo, e disposto a

entrar em ação para realizá-las. Certamente viu em Dom Salomão um elemento de grande valia para a concretização de seus objetivos: um bispo de alta projeção no meio evangélico, seria muito útil para aproximar do Concílio Vaticano II os “irmãos separados”, as “dissidências”, concílio este que seria convocado em breve.

Foi por isso que, no dia 8 de dezembro de 1959, às 8:30 horas da manhã, na Capela do Menino Jesus, Dom Salomão, perante S. Em. Sr. Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta, fez voto de profissão de fé católica e assinou o respectivo termo de compromisso. Assistiu ao ato uma grande congregação. Foi ele, assim, solenemente admitido na Igreja Católica Romana como Bispo Superior da Ordem de Santo André. O cardeal Dom Carlos Carmelo falou sobre o significado da solenidade e benzeu-lhe o anel. Em seguida, Dom Salomão saudou o Cardeal: Parainfaram o ato do Comendador Mário Antunes Maciel Ramos e o desembargador Laurindo Minhoto Júnior.

Nessa mesma igreja, às 9 horas, Dom Salomão celebrou a primeira missa como bispo da Igreja Católica Apostólica Romana, acolitado pelo Pe. Nicolau Rossetti S. J. e Monsenhor Costa Neves. Às 16 horas, o novo bispo católico romano foi recebido pelo Cardeal Motta no palácio Pio XII. Dom Salomão considerou este um grande dia.

A Capela do Menino Jesus, modesto recinto religioso, foi certamente escolhido para evitar dar ao ato uma repercussão maior; ou porque o ato, no entender dos promotores, não tinha grande importância, ou para evitar alguma manifestação desfavorável do público católico romano. Porém, a opinião pública, minuciosamente esclarecida pela Imprensa, como era de esperar, estranhou a Igreja Romana receber em seu clero um bispo casado, originário de dissidência, com esposa, em plena vigência matrimonial e sete filhos, portanto, em perfeita vida familiar. Não sabiam, os cristãos católicos romanos e não romanos e os adeptos de outros credos, que aquela era mais uma das manifestações de uma Igreja nova, em evolução, despontando no universo religioso. A própria Igreja Romana iniciava a era de seu processo de evolução e de aperfeiçoamento.

Uma vez recebido na Igreja Romana, Dom Salomão continuou a rezar missa todos os dias; porém, não mais o fazia em língua portuguesa, a língua do povo, mas segundo a liturgia católico-romana, em latim. Estranhou profundamente a mudança, a ponto de achar que a celebração da missa não tinha mais significado. Foi sua primeira decepção.

No dia 14 de dezembro foi recebido pelo Sr. Prefeito da Capital, Dr. Adhemar de Barros que, na presença dos membros de seu gabinete, outorgou-lhe a medalha de “amigo da cidade”; nessa mesma solenidade entregou a Dom Salomão uma passagem de avião, de ida e volta, para possibilitar a este ter confirmada, pelo Papa João XIII, sua admissão na Igreja Católica Romana. No dia 19 seguinte recebeu uma carta do Sr. Núncio Apostólico, Dom Armando Lombardi, felicitando-o por sua admissão ao clero católico-romano. Dias depois; Dom Salomão iniciou as gestões relativas ao reconhecimento, pela Igreja Romana, dos padres militares da Ordem de Santo André; para isso, prestou amplos esclarecimentos ao Pe. Rossetti.

A 30 de dezembro tomou o avião com destino a Roma, acompanhado por seu secretário, Pe. Rossetti. Ao aeroporto compareceram alguns membros de sua família e muitos amigos. No amanhecer do dia 31 sobrevoou a Espanha e viu, pela primeira vez, as montanhas cobertas de neve. Chegou em Roma às 23 horas, onde foi recebido pelo Sr. Alfredo, irmão de seu secretário, e por um clérigo. Instalou-se em um amplo apartamento do Pensionato Romano. No primeiro dia do ano de 1960 amanheceu um tanto indisposto, cansado da viagem; apesar disto sentia-se em sua casa paterna e não em terra estranha, e aproveitou esse dia para fazer visitas: atravessou o lendário rio Tibre, percorreu a via Ápia, tudo bem diferente daquilo que sua imaginação pintava; viu as ruínas do Forum, o Coliseu, a Igreja de São João de Latrão. No dia seguinte, 2, demorou-se na visita à basílica de São Paulo, às catacumbas e ao sítio Puzzolo (Antiga Puteolo), onde os irmãos romanos encontravam-se com São Paulo, local de desembarque do apóstolo com destino a Roma. Visitou também

Nápoles, Pompéia e as ruínas desta antiga cidade destruída pelo Vesúvio.

Nos primeiros dias de fevereiro seu secretário, recebendo instruções superiores, aconselhou Dom Salomão a não mais celebrar missas, enquanto não chegasse de São Paulo se diploma de sagração. Estranhou o fato e a demora de ser recebido pelo Papa. Alegaram o extravio dos documentos e os percalços da burocracia. Dom Salomão lembrou, então, que “a presença do Senhor é sempre livre para os que O buscam”. A 18 de fevereiro comungou na Missa de Ação de Graças, para comemorar seu 80º aniversário, celebrada pelo Pe. Rossetti; nesse dia foi-lhe oferecido no pensionato um lanche festivo. A 27 chegaram, afinal, os documentos pedidos em lugar dos extraviados, acompanhando uma carta de Mons. Costa Neves. Dom Salomão ficou aliviado. A 4 de março foi informado por seu secretário de que o Santo Padre havia autorizado a celebrar a Santa Missa. Foi informado também de sua próxima audiência. Esta informação o reanimou, pois Dom Salomão já tinha perdido as esperanças de um encontro com o Papa. Todavia, alimentava serias dúvidas sobre as condições que seriam impostas para o reconhecimento de sua investidura como bispo católico-romano e para o reconhecimento da Ordem de Santo André. Estas condições, porventura impostas, poderiam ser tais que seria forçado a não aceitá-las, em sã consciência, como da primeira vez.

Na verdade, fazia parte do protocolo de reconhecimento de Dom Salomão Ferraz, uma declaração a ser assinada por este, de que estava legalmente desquitado, o que constituía uma declaração inverídica. Protestou contra essa exigência repetindo: “Na minha família nenhum arranhão”. Não obstante tal recusa, a 24 de março recebeu, finalmente, o convite para a audiência com o Papa João XXIII, no dia seguinte, com a permissão de fazer-se acompanhar por seu secretário, que desempenharia o papel de intérprete.

A 25 de março de 1960 apresentou-se diante de João XXIII na sala de audiências. Sua Santidade mostrou-se extremamente cordial indo ao encontro do visitante, não permitiu que Dom Salomão se ajoelhasse em sua presença, tal como fazia com todos, numa

demonstração de amor fraternal e não de autoridade. Dirigiu a Dom Salomão palavras honrosas e estimuladoras e deu a este o ósculo da paz. Estiveram presentes à audiência o Pe. Rossetti, Monsenhor Parente, assistente do Santo Padre, todos muito atenciosos e compreensivos. Para Dom Salomão foi um dia inesquecível, decisivo em sua experiência na vida pública. Em seu diário homenageou os muitos amigos que lhe proporcionaram esta honra: Monsenhor Parente, o Cardeal Ottaviani, em Roma. No Brasil, o Comendador Mário Ramos, S. Em. Cardeal Motta, Dom Paulo Rolim e, sobretudo, o Pe. Rossetti que foi de uma lealdade a toda prova. A Rádio Vaticano e a imprensa deram amplo noticiário sobre o acontecimento.

A audiência de Dom Salomão com o Santo Padre desenvolveu-se através de uma troca de idéias sobre doutrinas e elaboração de planos para a efetivação da unidade cristã. reconheceram-se bastante idosos para um empreendimento tão importante; mas comprometeram-se mutuamente, a fazer o que estivesse dentro das possibilidades de cada um. Nesse colóquio lançaram importante semente. Seus sucessores deveriam regá-la e fizeram-na frutificar. Dom Salomão Ferraz recebeu do Santo Padre a tarefa de trazer para a comunhão ecumênica as dissidências ou os “irmãos separados” da América Latina, enquanto ele, o Papa, encarregar-se-ia de levar os católicos romanos para essa mesma comunhão.

O Papa João XXIII

Novamente, um novo parêntese se faz necessário abrir com o fim de trazer ao conhecimento dos leitores a personalidade do eminente líder da Igreja Romana, o Papa João XXIII.

Ângelo Roncalli nasceu a 25 de novembro de 1881 em Stollo il Monte, Bérgamo, filho de Giambattista Roncalli e Marianna Mazzola. Em 1892 ingressou no Seminário Menor em Bérgamo e em 1895 recebeu o hábito talar; aqui começou o registro de sua vida em seu diário. Em 1900, passou para o Seminário Maior, foi agraciado com

uma bolsa para continuar seus estudos no Seminário Romano de apollinare e em 30 de novembro de 1901 foi convocado para o serviço militar, do qual foi dispensado em 1902. Na Igreja de Santa Maria, em Monte Santo, foi ordenado sacerdote, a 10 de agosto de 1904.

Em suas funções sacerdotais, viajava constantemente para conhecer o povo, seus costumes, sua realidade, mesmo quando nas funções de Núncio Apostólico em diversas sés, das quais se ausentava por longo tempo, sob a idéia de que, nessas funções, deveria movimentar-se a não se limitar a tecer tramas diplomáticas. Procurava as pequenas comunidades dos missionários, a pé ou de jipe. Dormia nos lugares menos acolhedores; entretanto, alegrava-se com isto.

Foi secretário do bispo de Bérgamo, Monsenhor Giácomo Maria radini Tedeschi, cujo exemplo procurou seguir em sua missão. Foi nomeado Núncio Apostólico em diversas sés, o que lhe abriu excelentes oportunidades para peregrinar pela Terra Santa, viajar pela Suíssa, Alemanha, Áustria, Hungria e Polônia. Deflagrada a Primeira Grande Guerra, em 1914, eis Ângelo Roncalli, em 1915, novamente convocado para o exército, no posto de Sargento, servindo como capelão do hospital de Bérgamo. Terminada a guerra, foi-lhe solicitado para ocupar-se da mocidade, especialmente dos estudantes; nestas funções, em 1918, fundou a Casa do Estudante, em Bérgamo; em 1919 foi nomeado guia espiritual de sua cidade.

Ângelo Roncalli estava certo de que iria terminar seu sacerdócio entre a mocidade estudantil, mas o Papa Benedito XV o chamou para Roma e o colocou na Sacra Congregazione Propaganda Fide. Foi eleito presidente do Conselho Central para a Itália, das Pontifícias Obras Missionárias e, em novembro de 1924, foi nomeado professor de patrística no Pontifício ateneu lateranense. Em 1925 foi consagrado bispo, em Roma, cerimônia realizada na Igreja de San Carlo al Corso.

Com o título de arcebispo de Aerópolis dirigiu-se para a Bulgária e realizou inúmeras outras viagens; no ano de 1927 encontrou-se com Stepanosse Hovegnimian, metropolita dos

armênios, dando, assim, início a uma atividade ecumênica que culminaria no Concílio Vaticano II. Roncalli não se considerava apenas uma autoridade da Igreja Romana, mas um irmão entre irmãos, para o que precisou superar toda espécie de obstáculos e perigos: seculares, convenções, anátemas, hostilidades das mais variadas e mesmo excomunhões. Em 1931 foi nomeado primeiro legado apostólico da Bulgária; sob o título de arcebispo de Mesembria, foi escolhido como legado apostólico na Turquia e na Grécia. Nesse mesmo ano perdeu seu pai. Dedicou-se incansavelmente às suas atividades.

Em 1939 fez publicar *Gli inizi Del Seminario di Bergama e San Carlo, note storiche*. Em 1941, estando em Sófia, desafiou as forças conservadoras da Igreja abraçando, em um elevador, o metropolitano ortodoxo, Stelan, simulando uma “feliz coincidência”. Em 1944, na qualidade de Núncio Apostólico, foi enviado à França com o fim de resolver alguns problemas criados por De Gaulle com relação a certos prelados, cujo afastamento ele, De Gaulle, desejava. Com rara habilidade, Roncalli contornou o problema, tendo para isso de transformar-se em amigo de maçons, laicos e mesmo anticlericais, ganhando, assim, uma grande admiração por parte do General De Gaulle, a ponto de este influir em sua eleição ao papado. A 15 de janeiro de 1953 foi elevado ao cardinalato, cujo barrete recebeu das mãos de seu amigo Vincent Auriol. Concomitantemente, em Roma, Pio XII anunciou oficialmente a nomeação de Roncalli como Patriarca de Veneza.

Em 9 de outubro de 1958 faleceu Pio XII e Ângelo Roncalli foi a Roma apenas para participar do conclave. Sua candidatura, entretanto, ganhou corpo e foi eleito Papa, escolhendo o nome de João XXIII. Em 4 de novembro de 1958 foi solenemente coroado na Basílica de São Pedro. Iniciou um pontificado totalmente diferente, sendo o primeiro papa, depois de muitos séculos, a sair do Vaticano, principiando pelas visitas a prisioneiros e doentes. Em toda a sua gestão procurou sempre superar a morosidade burocrática da Cúria. A 25 de janeiro de 1959 proclamou a realização de um concílio para a

Igreja Romana, o Vaticano II, levando avante uma idéia já expressa por seu antecessor, Pio XII. João XXIII suplantou os inúmeros empecilhos para permitir a todos os cristãos poderem falar no Vaticano II, católicos e não católicos; seu desejo era de que todos os homens pudessem trocar suas experiências e idéias dentro de um ambiente de comunhão fraternal. Nesse mesmo ano publicou sua primeira encíclica *Ad Petri Cathedram*.

Em 1960, num gesto considerado inédito, recebeu o primaz da Igreja Anglicana, ao mesmo tempo em que mantinha diálogos com outros irmãos separados. A 25 de março recebeu Dom Salomão, recentemente admitido na qualidade de bispo da Igreja Romana. Em 1961 recebeu os reis da Inglaterra e da Bélgica e publicou a encíclica *Mater et Magistra*, na qual definiu os fundamentos do pensamento da Igreja Moderna, num abraço universal: “Cristo é de todos, inclusive daqueles que o repelem”. Em novembro veio a público a encíclica *Aeterna Dei* e, por ocasião do Natal, assinou a carta apostólica convocando o Concílio Vaticano II para 1962. A 1ª sessão abriu-se em 11 de outubro e encerrou-se em 8 de dezembro.

Em março de 1963, diante do mundo atônito e escandalizado, João XXIII recebeu Rada Krusciova, filha do primeiro ministro soviético, e seu marido, o jornalista Alexei Agiubei. Na Quinta-feira Santa fez sair sua encíclica *Pacem in Terris*, na qual se dirige a toda a humanidade em atitude de paz, amor e tolerância. Uma por uma foram caindo as barreiras que separavam os católicos do resto do mundo e a Igreja Romana começou a mostrar uma fisionomia nova, numa etapa histórica e social em luta aberta em nome do verdadeiro progresso humano.

Por ocasião da festa da Ascensão, em 1963, o Papa João XXIII apareceu em público pela última vez. Embora recolhido ao leito, não cessou de trabalhar, desempenhando os papéis que lhe eram apresentados. E a 3 de junho desse mesmo ano veio a falecer.

Voltemos a Dom Salomão Ferraz

A audiência com o Papa João XXIII não se traduziu em mero encontro informal, mas revestiu-se de um significado amplo e profundo, pois o Papa, desejoso de levar avante sua campanha ecumênica, serviu-se do ensejo para confiar a Dom Salomão Ferraz a tarefa de trabalhar no Brasil e na América Latina pela união das Igrejas. Para este, a tarefa não era nova: apenas continuaria uma atividade a que vinha se dedicando desde o início de seu sacerdócio; mas, agora, ele não iria mais atuar isoladamente, isto é, realizar o trabalho por iniciativa pessoal, porém, como representante da Igreja Romana, e ainda mais, recebendo a incumbência diretamente do Santo Padre. Dom Salomão Ferraz conscientizou-se não somente de haver ingressado em outra jurisdição eclesiástica, mas também de adquirir uma nova situação que lhe trouxe grandes responsabilidades.

Antes de embarcar de volta para o Brasil, Dom Salomão assistiu, juntamente com o Pe. Nicolau Rossetti, na Basílica de São Pedro, a solenidade da investidura de sete novos cardeais, dentre eles um negro. Este, ao passar perante o público, foi acolhido com uma estrondosa salva de palmas. No dia 4 de abril de 1960 tomou a aeronave para Milão e pernitoitou no Pensionato Cardinale Ferrari; no dia seguinte visitou Veneza, terra natal de sua esposa, e a famosa basílica de São Marcos. Chegou dia 6 a Lisboa, interrompendo a viagem de regresso para visitar a Igreja de São Paulo, onde, por longos anos, ministrou o bispo eleito, Dom Joaquim dos Santos Figueiredo, e do qual recebera significativas influências. Em seu túmulo depositou uma coroa de flores e fez uma prece.

No dia 8 (1960) Dom Salomão continuou a viagem de regresso ao Brasil, preocupado com o momento delicado de sua experiência dos últimos meses: o reencontro com sua situação em São Paulo, onde tinha amigos, mas também opositores. Na verdade, havia uma corrente de prelados que não via com olhos de simpatia seu ingresso na Igreja Romana como bispo: havia passado à frente de muitos deles: como seria recebido? Chegou em São Paulo dia 8, às 11 horas, e foi

recebido no aeroporto por várias pessoas da família e amigos, destacando-se o Dr. Adhemar de Barros.

Em junho iniciou sua campanha para a celebração da missa e outros ofícios religiosos no vernáculo. Achava legítima a aspiração, base para a efetivação da unidade da família cristã. Em fins de julho foi-lhe oferecida a capelania da maternidade São Paulo, que aceitou. Seria uma forma de desempenhar seu trabalho em prol da unidade cristã, sem as responsabilidades e preocupações de uma diocese; nesse posto, Dom Salomão poderia entrar em contato com muitas pessoas e, assim, desincumbir-se de sua tarefa. A 3 de agosto (1960) fez os sacerdotes da Ordem de Santo André professarem a fé católica, com o fim de integrá-los na Igreja Romana.

Em agosto viajou para Itapeva em visita a velhos conhecidos desde o início de sua carreira. Pela manhã de domingo, dia 7, celebrou a comunhão geral para mais de 500 comungantes e pregou na Igreja Romana. À noite, tomou parte no culto da Igreja Presbiteriana.

A 10 do mesmo mês foi, pelo Núncio Apostólico, notificado de uma denúncia formulada em virtude ter celebrado em Curitiba, o casamento religioso de um ex-padre, já casado no civil e fora do exercício das ordens. Fez ver, então, ao Sr. Núncio, que não estava interessado em sua situação pessoal, mas suas atenções estavam voltadas para os interesses gerais da Igreja, da pátria e do mundo.

No dia 14 de agosto, celebrou a missa na Capela da maternidade São Paulo e, após, foi procurado pela professora Esther Feitosa Lacerda, que se ofereceu para auxiliá-lo no trato dos papéis da capelania e nas missas. D. Esther exerceu estas atividades por quatro anos. No dia seguinte, 15 de agosto, 15º aniversário de sua sagração ao episcopado, após a missa foi-lhe oferecido um lanche festivo no salão nobre da instituição, sendo saudado pelo Revmº Monsenhor Paulo Ferreira de Camargo, que o apresentou como Capelão da Maternidade.

Muito embora colocasse em segundo plano sua situação pessoal, não deixava de preocupar-se todas as vezes que certos rumores chegavam a seu conhecimento, pondo-a em risco. É que o

desempenho da missão que havia recebido dependia de sua posição na Igreja e, por isso, agia com muita cautela. Em novembro enviou uma carta ao Santo Padre, na qual lhe pedia permissão para celebrar a missa no vernáculo. Com grande entusiasmo, o Pe. Rossetti fez a versão para o idioma italiano. Em fevereiro seguinte, 1961, recebeu um ofício de S. E. Cardeal Augustinho Bea, acusando o recebimento dessa carta, na qual expressou sua conformidade, achando justo e oportuno o pedido, fazendo, mesmo, votos para que o pedido tivesse desfecho favorável.

Com duas coisas Dom Salomão não se conformava: celebrar a missa em latim, uma língua morta, o que lhe dava a impressão de estar mistificando o povo, e confessar-se perante o Pe. Rossetti, de quem recebia termo formal de indulto. Realmente não entendia essa confissão feita a um homem com quem se abria confidencialmente cada dia e para o qual não tinha segredos. Tais confissões eram solicitadas com tanta insistência que chegou a pensar estar diante de uma “gestapo” religiosa. Em todo o caso, era uma praxe da igreja Católica, possivelmente sem aplicação em seu caso particular, mas justificada pela palavra de Cristo. Mas quando se lhe oferecia oportunidade, quando seu confessor não se achava por perto, celebrava a missa do vernáculo por entender que, assim, exercia maior poder espiritual.

Em fins de setembro, Dom Salomão compareceu perante o Sr. Núncio Apostólico, Dom Armando Lombardi, encontrando-o prevenido contra si devido a ação de intrigantes que pretendiam embaraçar-lhe os passos. Não obstante, não deixava de preocupar-se com a missão que havia recebido do Santo Padre, sobre o problema da unidade cristã. Ao meditar sobre a unidade visível da Igreja, cada vez mais convencia-se de que esta unidade não seria viável fora de seu fulcro tradicional – a Cátedra de Pedro. Porém, pensava Dom Salomão, a verdadeira unidade deve ser primeiro encontrada no alto. Em Deus, antes de ser encontrada nas relações humanas. Impressionava-se com a indiferença geral do clero sobre o Concílio Ecumênico: as idéias dos homens da Igreja estavam dominadas pela

rotina da prática religiosa e, por essa razão, preveniam-se contra as idéias novas, mesmo quando partidas do Sumo pontífice.

Perante numerosa assistência, formada por leigos e clérigos das diversas agremiações religiosas, Dom Salomão realizou em 18 de outubro de 1961, no colégio São Luiz, uma conferência sobre a “União das Igrejas”, tratando, principalmente, do convite ao Concílio vaticano II, formulado pelo Papa João XXIII a todos os cristãos, na qual expôs o ponto de vista da Igreja Romana, suas intenções na reunião.

Em novembro foi convidado para ser o primaz da Ordem dos Templários. Ficou em dúvida se aceitaria ou não o encargo. Suas tarefas tomavam grande parte de seu tempo: visitas a pessoas ligadas a religião e a suas velhas amizades, e a propaganda da união das Igrejas que o absorviam, o que levava a efeito através dos artigos dominicais que escrevia para a imprensa e por meio de conferências. Este foi um período de grandes atividades.

Em maio de 1962, recebeu a visita do Pe. Rossetti, que se mostrou contrariado e apreensivo por ter Dom Salomão pregado na Igreja Episcopal da Santíssima Trindade em São Paulo e comungado por seus crentes, a convite do Rev. João Del Nero. Comentou, então, em seu diário: “De quem irei receber o passaporte para o banquete da fraternidade: de Cristo ou de Roma?” O incidente – se é que se pode chamar o fato de incidente - deveu-se em virtude de os prelados da Igreja Romana estarem acostumados a mudar de atitude somente mediante autorização superior; mas Dom Salomão não podia compreender uma doutrina sem a prática correspondente e, se pregava a união, teria de, por dever, “viver” essa união; talvez já se considerasse autorizado pelo Papa. Mas, no dia seguinte, o Pe. Rossetti chegou todo satisfeito com a notícia de que o nome de Dom Salomão já estava escrito em Roma no quadro dos Padres Conciliares, o que significava para ele, Pe. Rossetti, uma nova viagem a Roma, como secretário e teólogo. Sentia-se profundamente honrado com isto e, reconheça-se, muito fez por merecê-lo.

Julho de 1962. Dom Salomão percebeu que as missas celebradas na Maternidade estavam sendo cada vez menos freqüentadas, atribuindo o fato ao impedimento de ordem artificial, exigindo, para a participação dos fiéis no culto eucarístico, o jejum como condição para comungar. Não se conformava com isto, pois devia-se seguir a regra sensata de São Paulo (I Cor. 11:34) “Se alguém tem fome, coma em casa”.

Em concílio da ordem de Santo André são reformados seus estatutos, ficando extinta a Igreja Católica Livre do Brasil, sendo seus bens transferidos para a referida Ordem, que ficou subordinada ao Santo Padre. Dom Salomão recebeu informações do Pe. Hammer sobre a tradução para o idioma francês de sua conferência sobre a união das Igrejas. Esta conferência impressa foi largamente distribuída entre católicos e protestantes e outras comunidades religiosas.

Em 6 de outubro de 1962, seguiu viagem a Roma, levando como secretário e assessor teológico, seu amigo, Pe. Nicolau Rossetti, com o fim de participar do Concílio Ecumênico Vaticano II. Chegou em Roma no dia seguinte, hospedando-se no “Domus Mariae”. Viajou muito preocupado com a questão da missa no vernáculo, pois entendia não ser a missa um ato privativo do sacerdote, mas sim, desta intimamente unida ao povo. Abriu-se o Concílio Vaticano II no dia 11 com grande solenidade, ocasião em que falou o Papa João XXIII sobre os trabalhos a serem desenvolvidos. Todavia, Dom Salomão Ferraz iniciou sua participação no Concílio bastante desanimado com relação à tese sobre a missa no vernáculo; não obstante, achava que deveria insistir quando se lembrava do povo humilde e simples em suas devoções populares. Verificou também que a maioria dos conciliares parecia não entender com precisão o problema da união das Igrejas; julgavam somente ser possível essa união com a extinção de todas as demais Igrejas em favor da Igreja de Roma (pax romana e não a paz de Cristo). “A grande presença, no momento, não é a presença do Santo Padre, por mais venerável que seja. A grande presença é a presença do Senhor Jesus” (anotações do diário). Observou, ainda, existir entre os conciliares um exagerado escrúpulo formalístico,

chegando ao ponto de alguns considerarem pecado qualquer inobservância da liturgia, mesmo aquelas cometidas involuntariamente. Todavia, era preciso não destoar das práticas usuais, consagradas pelas leis da Igreja e pelo uso.

Dom Salomão iniciou suas atividades no Concílio, de maneira concreta, no dia 17, numa reunião dos bispos do Brasil no salão do pensionato, sob a presidência do Cardeal dom Jaime Câmara e do Cardeal Motta, este usando da palavra; esta reunião era preparatória para os debates em plenário. Dom Salomão estava disposto agora a apresentar sugestões, embora nem todas elas fossem aceitas. “É preciso que as idéias verdadeiras subam à consciência dos principais responsáveis pela Igreja e desçam a todo o povo. Faz-se necessário extrair do tesouro da igreja não somente coisas novas, mas também as coisas velhas restauradas, ou melhor, os velhos valores apostólicos”. Na reunião plenária do II Concílio Ecumênico do dia 22, entrou em discussão a questão litúrgica, na qual falaram livremente vários bispos, havendo já um bom número de participantes favorável à missa no vernáculo. Sua experiência levou-o a concluir que o uso excessivamente rigoroso da liturgia e do breviário tende a tornar os homens mecanizados, despersonalizados.

A discussão sobre a reforma litúrgica continuou no dia seguinte especialmente o uso do vernáculo na missa. As opiniões estavam divididas. Estas discussões continuaram pelos dias subseqüentes, avolumando-se cada vez mais os conciliares favoráveis à medida. A 26, Dom Salomão iniciou o preparo da alocução que deveria proferir, no Concílio, sobre este assunto; neste trabalho, muito auxiliou seu assessor, Pe. Rossetti, traduzindo-a para o latim, idioma em que deveria ser apresentada. No dia 30 de outubro apresentou sua tese em plenário.

As idéias sobre a união das Igrejas também começaram a ganhar corpo. Nesse mesmo dia 30, no salão de conferências do pensionato, falou sobre o assunto o Pe. Hans Kung; suas palavras foram bem aceitas pelos presentes. Dom Salomão começou a se

entusiasmar. Estava ansioso por ver triunfar seus trabalhos sobre a missa no vernáculo e sobre a união cristã.

No dia 21 de novembro, os bispos brasileiros foram recebidos pelo Santo Padre, sendo este saudado pelo Cardeal Dom Jaime Câmara. O Santo Padre João XXIII ressaltou seu grande interesse pelo Brasil; no final da alocução, fez alusões elogiosas a Dom Salomão com referência a seu trabalho junto ao Catolicismo dissidente no Brasil, e concluiu: “Magno Homo. O único bispo casado da Igreja Romana em todo o orbe”. Os trabalhos do Concílio continuaram até o dia 8 de dezembro com as discussões sobre Meios de Comunicação, união das Igrejas, etc.

Enquanto se preparava para o regresso ao Brasil, Dom Salomão tomou a resolução de, uma vez chegado, somente usar vestes talares nas funções da missa, em visitas oficiais, e não mais na rua, a pé, ou em transporte coletivo, o que realmente fez, porque achava que assim tinha mais liberdade. Já no Brasil, a 21 de dezembro recebeu a visita do Pe. Rossetti, que desaprovou a decisão sobre as vestes talares; recebeu juntamente a visita do Comendador Mário Ramos, que demonstrou entusiasmo pela mesma decisão.

In memoriam

A 27 de março de 1963, ao amanhecer, recebeu a notícia de que pela madrugada haviam telefonado avisando que sua esposa, que se achava hospedada em casa de sua filha Nair, estava passando muito mal. Para lá imediatamente se dirigiu e aí verificou que ela havia falecido às quatro horas da madrugada. Seu corpo foi velado no velório do Hospital Samaritano e sepultada no mesmo dia, no cemitério do Redentor, no túmulo da família. A 10 de abril realizou-se o culto memorial na Igreja da Santíssima Trindade (Episcopal) celebrada pelo pároco, Rev. João Del Nero. Dom Salomão tomou parte no ofício, sendo convidado a ocupar a cátedra destinada ao bispo.

Pela manhã do dia 15 de abril, foi visitado pelo Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, que lhe foi, gentilmente, apresentar suas condolências. A 27 do mesmo mês celebrou na capela da Maternidade a missa de 30º dias em intenção de sua esposa. Coadjuvaram no altar Mons. Costa Neves e Dom Júlio Pozo Cano. Os cânticos foram acompanhados ao harmônio, por seu neto, Dr. Cid Figueiredo.

Viagens

Em viagem ao Rio de Janeiro pregou pela manhã, no dia 2 de junho, na Igreja Anglicana, e à tarde visitou o túmulo do Rev. John G. Meem, de quem foi coadjutor ao ingressar na Igreja Episcopal. No dia seguinte recebeu a notícia do falecimento de S. Santidade, João XXIII, que muito o entristeceu, chegando mesmo a chorar. No dia 6, ainda no Rio de Janeiro, presidiu a solenidade da Pública Profissão de Fé dos padres da Ordem de Santo André com relação à Igreja Católica. A 17, já em São Paulo, recebeu comovido a comunicação do Sr. Núncio Apostólico do Rio de Janeiro, Dom Armando Lombardi, informando-o de que fora agraciado pelo Santo Padre com o título de “Bispo Titular de Eleuterna”. Esta nomeação fora feita por João XXIII, já em seu leito, “quatro dias antes de entregar sua grande alma a Deus”, conforme registrou no diário.

As estações de rádio do dia 21 de junho noticiaram a eleição do Cardeal Giovanni Battistani, Arcebispo de Milão, como Papa, sob o nome de Paulo VI, sucessor de João XXIII.

A 30 de junho de 1963, Dom Salomão viajou para o Paraguai em companhia do Comendador Lauro Luz e família, onde visitou, em caráter oficial, vários colégios, autoridades eclesiásticas e universidades. No dia seguinte, juntamente com o Comendador Lauro Luz e família, foi recebido pelo Presidente paraguaio, General Alfredo Stroessner, a quem Dom Salomão entregou mensagem do Cardeal Arcebispo de São Paulo, em cujo nome foi oferecido ao povo do

Paraguai uma cópia da imagem de N. S. Aparecida, padroeira da devoção popular do Brasil. Um dos pilotos da Aviação Civil paraguaia ofereceu-lhe sua insígnia de piloto, como lembrança. Foram-lhe prestadas muitas honras sociais, recebendo-as não em seu nome, mas em nome de Cristo.

Na qualidade de “Grão Mestre”, Dom Salomão agraciou o presidente do Paraguai com a comenda de “Honra ao Mérito Rural”; atuou como chanceler, o Comendador Lauro Luz.

A 5 de julho, pela manhã, no santuário da Virgem dos milagres de Cacupe, batizou o menor Lauro Luz Júnior, sendo seus padrinhos o Sr. Presidente do Paraguai, general Alfredo Stroessner e sua esposa, D. Lygia de Moura Stroessner. No dia seguinte, Dom Salomão recebeu a “Medalha del Ministério de Defesa Nacional”. Regressou a São Paulo a 7 de julho. A 15 de agosto, seu 18º aniversário de sagração episcopal, foi solenemente comemorado com Missa de Ação de Graças, cantada pelo coro das Congregadas, na capela do Colégio São Luiz, falando o Pe. Rossetti. A 31 de agosto, no salão nobre do Palácio pio XII, fez entrega da comenda concedida por João XXIII ao Comendador Mario Antunes Maciel Ramos. A 11 de setembro fez a entrega da outra comenda ao Desembargador Laurindo Minhoto, “Pro Ecclesia et Sumum Pontífice”. A 13 do mesmo mês, embarcou juntamente com o Pe. Rossetti no Transatlântico Augustus, com destino a Roma, lá chegando a 27, hospedando-se no Domus Mariae.

A 29 de setembro, domingo, reabriram-se os trabalhos do Concílio Vaticano II, com a celebração da missa e uma mensagem do Santo Padre, Paulo VI. Dias depois, alguém lhe disse existir uma corrente contrária ao reconhecimento da Ordem de Santo André, por considerá-la um quisto dentro da Igreja. Confortou-se, entretanto, ao lembrar que “assim foi também o próprio Cristianismo, para a nação judaica e para o império romano”. No dia 13 de outubro, por ocasião do almoço, resolveu apresentar-se em traje clerical no refeitório. Estava certo de causar reações de desaprovação; qual não foi sua surpresa ao ser saudado com aplauso geral, causando ótima impressão.

Achou uma solução acertada, de acordo com o que vinha propugnando, no que diz respeito ao sacerdócio do ministério cristão.

A 20 de outubro, participou da audiência concedida pelo Santo Padre ao episcopado brasileiro, recebendo também o amplexo fraternal. A 5 de novembro Dom Salomão recebeu carta de agradecimento do Secretário da Mesa do Concílio por seu concurso em prol do bom andamento dos trabalhos. A certa altura dos debates, que se desenrolavam em ambiente de grande elevação moral e espiritual, foram feitas certas referências religiosas aos evangélicos, notadamente os pentecostais. A 28 de novembro foi surpreendido com um aviso do Secretário do Estado do Vaticano, marcando para o dia seguinte uma audiência particular concedida pelo Santo Padre, Paulo VI. E “o Padre Rossetti, ao ler o convite, comoveu-se até as lágrimas”, registrou em seu diário. Na audiência, que durou quinze minutos, o Santo Padre demonstrou muita amabilidade, encetando assim uma fase de relações pessoais de grande alcance. Dom Salomão foi, depois, felicitado por diversos prelados. A 5 de dezembro viajou de volta ao Brasil, pelo transatlântico Giulio Cesare, que chegou ao porto de Santos no dia 20.

Sentiu-se entristecido ao ler nos jornais do dia 26 de abril de 1964 a notícia da transferência do Cardeal Motta, da arquidiocese de São Paulo para a de Aparecida do Norte. Não acreditou na versão da transferência ter sido feita “a pedido” do próprio titular. Em suas devoções Dom Salomão procurava manter os hábitos religiosos de pastor evangélico, especialmente nas orações, livre da rigidez das fórmulas litúrgicas.

A 11 de julho, apresentou-lhe as despedidas, depois de quatro anos de cooperação, sua auxiliar, D. Esther Feitosa, que vinha servindo de ajudante e secretária, por motivos de saúde e tédio. Dom Salomão lamentou profundamente a perda desta colaboradora, Poe ele admirada por sua seriedade e dedicação. Passou, então, a ajudá-lo na organização dos papéis, sobretudo na preparação dos artigos para os jornais, sua filha Nair Ferraz. Dom Salomão, nessa época, observou

que a missa no vernáculo, na capela da Maternidade, estava sendo bem recebida.

A 25 de agosto embarcou no transatlântico *Augustus*, com destino a Roma, para participar da III Sessão do Concílio Vaticano II, sempre acompanhado por seu secretário e teólogo, Pe. Nicolau Rossetti. Celebrava a missa, todos os dias, na capela do transatlântico. Chegou em Roma a 9 de setembro, alojando-se, como das outras vezes, no pensionato “*Domus Mariae*”. A abertura dos trabalhos do Concílio Vaticano II deu-se a 14 seguinte com uma alocução pelo Santo Padre. Dom Salomão preparou uma moção para ser apresentada ao Concílio sobre a “Reforma Disciplinar”, que trata do celibato dos sacerdotes. Tentou apresentar o trabalho através de um grupo da Conferência Nacional dos Bispos, não somente do Brasil, mas também dos outros países sul-americanos. Não tendo despertado interesse por parte dos prelados; apresentou-o em seu próprio nome. Achou que, assim fazendo, cumpria seu dever; “os resultados pertencem a Deus”. A proposta foi encaminhada no dia 27 e no dia 4 de novembro recebeu um ofício da Secretaria de Estado de sua Santidade, acusando o recebimento do memorial e, pelo teor, pareceu-lhe que o memorial não fora levado ao conhecimento do Santo Padre. Foi aconselhado a não difundir tais idéias. Na véspera do encerramento da III Sessão do Concílio, anotou em seu diário: “Reconhecemos a Igreja de Roma não como a verdadeira Igreja, em confronto com as outras que não o são, e o Santo Padre como o chefe visível da Igreja, não como o *alter-Christus*, mas como seu instrumento para expressão da unidade”. A 21 encerrou-se solenemente a III Sessão do Concílio Vaticano II. Segundo Dom Salomão, os resultados imediatos são mínimos, “mas foi lançada a semente para uma copiosa messe”.

A 22 de novembro, partiu de avião para a Terra Santa juntamente com seu secretário e muitos outros prelados, hospedando-se em Nazaré. Foi com incontida emoção que pisou o solo da Terra Santa. Visitou a fonte da Virgem e outros lugares percorridos pelo Mestre em sua infância; esteve em Canaã e atravessou, de barco, o

mar da Galiléia; visitou Cafarnaum, Betsaida, Julias, monte Tabor, o monte da Transfiguração, Cezaréia e Jerusalém; nesta cidade esteve no Santo Cenáculo e também no Santo Sepulcro, onde celebrou missa. Foi até o jardim das Oliveiras, ao horto do Getsemani; viu as muralhas do antigo templo e o local onde se acredita ser o túmulo da Virgem Maria. Em Betânia, visitou o túmulo de Lázaro, viu o muro das Lamentações, o local do templo de Herodes, que substituiu o de Salomão, destuído pelos Caldeus. Esteve em Samária e Emaús e viu o poço de Jacó. Foi até o mar Morto, pouco abaixo da entrada do Rio Jordão; viu a fonte do profeta Eliseu e as Ruínas de Jericó.

A 3 de dezembro de 1964 tomou o avião para Roma e, no dia seguinte, embarcou no transatlântico Augustus com destino ao Brasil; e no amanhecer do dia 19 chegou ao porto de Santos. Trouxe-o para São Paulo, o então Capitão Arantes, em seu automóvel.

A 16 de janeiro de 1965 recebeu a visita inesperada do Cardeal Dom Agnello Rossi, Arcebispo Metropolitano de São Paulo. Era uma visita de rotina que lhe causou ótima impressão, por ver que estava se instaurando, no Brasil e no mundo, um novo padrão de autoridade – “o padrão da primazia, do amor e da bondade, posto em relevo pelos dois últimos pontífices”. A 28 de fevereiro foi recebido no Seminário da Igreja Episcopal, em São Paulo, “com muito respeito e leal estima”. Continuou lutando pelo reconhecimento da Ordem de Santo André, agora já com as esperanças quase perdidas. Se a Igreja Romana não reconhecesse a Ordem, pretendia aliá-la a qualquer ramo da Igreja, ou declarar sua independência jurídica para manter seu espírito ecumênico. A 19 proferiu uma palestra na Igreja Episcopal sobre o tema “Liturgia”.

A 23 de agosto, viu-se novamente a bordo do transatlântico Giulio Cesare, com destino a Roma, para a IV sessão do Vaticano II, chegando a Gênova e, por ferrovia, a Milão, a 6 de setembro. Enquanto aguardava a abertura dos trabalhos do Concílio, visitou Zurich e regressou a Roma a 11, hospedando-se novamente no pensionato Domus Mariae. A 15 de setembro iniciaram-se os trabalhos do Concílio, cujo assunto principal foi o tema “Liberdade

Religiosa”. Não conseguiu assistir a todas as reuniões por se achar adoentado. Os trabalhos terminaram a 14 de dezembro e embarcou no dia seguinte, em Nápoles, com destino ao Brasil, chegando a Santos no dia 20.

A 25 de abril de 1967, perdeu um de seus grandes amigos e parente, o Desembargador Manoel Carlos de Figueiredo Ferraz, que havia prefaciado seu livro *A Fé Nacional*. Em maio, tomou parte na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em Aparecida do Norte. Em junho, reviu sua terra natal, Jaú, onde fez conferência no Rotary Club e visitou a Igreja Presbiteriana. Em fins de 1967 e início de 1968 já se sentia cansado, as forças físicas falhando; sentia-se solitário, sem ajudantes nas missas e sem comungantes. Mas, assim mesmo, em julho de 1968, tomou parte na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil no Rio de Janeiro, e a 5 de agosto encerrou suas atividades na Maternidade São Paulo, retirando-se para o pensionato eclesiástico Recolhimento São Pedro, à rua Bartira, 383, Perdizes, às expensas da Cúria Metropolitana.

Ali celebrava missa todos os dias e era visitado, quase diariamente, pelo Pe. Rossetti e pelo Comendador Mario Ramos. No pensionato sentiu-se mais isolado ainda, apesar do carinho com que eram tratados todos os hóspedes, por parte das Irmãs. Do dia 14 de agosto, 1968, extraímos esta anotação de seu diário: “Deus me ajude a transpor as águas do Jordão, sem medo, sem sobressaltos, tranquilamente”. No dia seguinte, 15, lembrou seu 23º aniversário de Sagração Episcopal. A 18, realizou-se no Recolhimento uma recepção alusiva à data; pregou Pe. Rossetti, exaltando a personalidade de Salomão Ferraz. A 28 anotou em seu diário: “Mais perto quero estar, meu Deus, de Ti”. A 25 de dezembro celebrou a festa do Natal na casa de seu filho Plínio, e à noite, tomou parte na reunião festiva na casa de seu genro, Rev. Roldão de Ávila, pastor Jubilado da Igreja Presbiteriana Independente.

Nunc dimittis

A 4 de janeiro de 1969, percebeu confusas suas anotações diárias. Atribuiu-as a sua idade avançada, aproximando-se dos 89 anos, e aos efeitos de uma situação geral confusa no mundo e na própria Igreja, e acrescentou: “Se um homem, pela sua idade e pelas circunstâncias, não pode fazer mais nada, pode, ao menos, ir à Casa de Deus e entoar o ‘Nunc dimittis, Domine’. Sê fiel até a morte”. Sua grande preocupação era a união da cristandade, revelada na palavra do Ecumênico, assunto central de suas conversas com os que o visitavam. Preocupava-se, também, com a situação da Ordem de Santo André. Celebrou seu 89º aniversário a 18 de fevereiro com a missa, às 7:15 horas da manhã, estando presente o Comendador Mario Ramos. À tarde, comemorou seu natalício – o último – na casa de sua filha Nair, em almoço festivo, dirigindo o ofício devocional, seu genro, Rev. Roldão Trindade de Ávila. A 26, no colégio São Luiz, Dom Salomão tomou parte na celebração, juntamente com o P.e Rossetti, de uma Missa de Ação de Graças pelo aniversário de vários clérigos, inclusive o seu, participando, após, de uma recepção no respectivo salão social.

A 15 de março, pela manhã, fez uma visita ao S. E. , Cardeal Dom Agnello Rossi, em agradecimento a certa fineza dispensada. À tarde, prestou a última homenagem a um de seus protetores, Dr. Adhemar de Barros, falecido no exterior e sepultado em São Paulo.

A 12 de abril, Dom Salomão celebrou Missa de Réquiem, na capela do Recolhimento, por intenção do Revmº. Pe. Antonio Anacleto Brandão de Oliveira, seu companheiro de quarto, falecido de madrugada.

Cessam aqui suas anotações no diário. No dia 14 seguinte de manhã, celebrou sua última missa. Ao regressar da cidade, após ter descido do ônibus em frente à Pontifícia Universidade Católica, na rua Monte Alegre, não percebeu a existência de alguns degraus na calçada, e caiu. Uma universitária que ali se achava o socorreu e

ajudou a caminhar até o pensionato, nas proximidades; subiu uma pequena escada na entrada do pensionato, atravessou o vestibulo e não mais suportou a dor. Foi levado ao leito pelas Irmãs que, preocupadas, telefonaram para sua filha Esther. Esta, imediatamente o levou para o Hospital Samaritano, onde a radiografia tirada revelou fratura do colo do fêmur da perna esquerda. No dia 16, por indicação da Cúria Metropolitana de São Paulo, foi transferido para o Hospital Matarazzo e operado, com êxito, no dia 18, pelo Dr. Nelson Carrera, que realizou uma osteosíntese.

No Hospital Matarazzo Dom Salomão esteve continuamente cercado por seus filhos – sobretudo por seu filho Plínio, que o visitava todos os dias – e parentes, pelo Pe. Rossetti, Mons. Costa Neves, Com. Mario Ramos, e visitado por muitos amigos, dentre eles, D. Anita Hamburger que, durante muitos anos, o conduzia em seu carro nas visitas que era levado a fazer, em seus deslocamentos pela cidade, e cuja dedicação era sempre registrada no diário.

Recuperou-se lenta e progressivamente; conversava normalmente e previa-se, para breve, seu completo restabelecimento. No dia 8 de maio, pela manhã, levantou-se disposto, conversou muito animado com o médico; andava sem se apoiar e dizia estar sentindo a presença de Deus com ele. À tarde, sentado numa poltrona, recebeu a visita de alguns netos e de todos os bisnetos, em número de 14. Foi uma cena admirável: cantaram hinos, sob sua liderança, batendo palmas. Em seguida, abençoou os bisnetos, um por um, lembrando a cena de Jesus abençoando as criancinhas. Dom Salomão terminou o dia dando mostras de grande animação.

No dia seguinte, 9 de maio de 1969, suas filhas Annita e Ruth passaram pelo hospital, pela manhã, com o fim de despedir-se de seu pai, pois, em vista de franca recuperação deste, pretendiam voltar para seus lares, no Rio de Janeiro e Tupã, respectivamente, dos quais achavam-se afastadas haviam muitos dias. Entretanto, encontraram-no com a fisionomia transtornada e muito agitada, porém, lúcido. Seus demais filhos presentes e alguns amigos estiveram com ele nesse dia, pela manhã. Recusou o rito dos agonizantes porque desejava que seu

encontro com Deus se realizasse sem ajuda. Repetiu com sua filha Annita o Salmo 23, um de seus preferidos, somente com os lábios, pois já se achava sem voz. Sua filha disse-lhe que a passagem do Jordão não iria ser difícil para ele. Sugeriu ela, ainda, que fosse repetido o “Nunc dimittis, Domine”, como ele havia pedido há algum tempo: “Agora, Senhor, despedes em paz o teu servo, segundo a Tua palavra”, e, assim, foi com a prece toda. Repetiram-na, e no meio da prece, às 15 horas, Dom Salomão fechou os olhos.

E aqueles olhos que estiveram, desde a juventude, abertos para ver as verdades do Reino de Deus; aquele coração que sempre esteve aberto para amar essas verdades e a humanidade toda; e aqueles lábios que estiveram sempre abertos para proclamar a verdadeira comunhão cristã também se fecharam. PARA SEMPRE.

O corpo foi velado na capela do Hospital, recebendo as honras de Príncipe da Igreja; foi celebrada a Missa de Corpo Presente pelo Pe. Nicolau Rossetti, que o fez muito emocionado. O corpo de Dom Salomão foi acompanhado ao Cemitério do Santíssimo Sacramento – anexo ao Cemitério do Araçá – por um grande número de pessoas: parentes, amigos e clérigos de muitas religiões, e sepultado na Cripta da Cúria Metropolitana de São Paulo.

SÍNTESE

Até agora, a vida sacerdotal de Dom Salomão Ferraz tem sido interpretada de duas maneiras diametralmente opostas. De um lado, pelas pessoas mal informadas, que dele apenas ouviram falar, ou que se deixaram envolver pelas mensagens dos polemistas impressas nos jornais evangélicos, e que fazem do biografado a idéia vaga de um indivíduo “mal formado intelectualmente”, opinião esta predominante na classe dos religiosos menos esclarecidos. Por outro lado, opinião diametralmente diversa fazem os clérigos e leigos, ambos de cultura mais elevada; que nele vêem um homem inspirado por Deus, a serviço do bem-estar espiritual da humanidade. Os indivíduos menos letrados, ou escassamente informados, pensam sobre ele como um homem complicado, esquisito, incompreensível, e mesmo de comportamento contraditório; ou no dizer de alguns “desequilibrado mental”.

Até há bem pouco tempo – e ainda persiste, embora de forma sensivelmente diluída - , mudar de Igreja, ou “mudar de religião” era uma atitude censurável; o simples entrar, mesmo ocasional, de um crente protestante numa igreja romana – e vice-versa – era considerado pecado e passível de expulsão ou excomunhão, todo aquele que assim procedesse. Não se admitia, mesmo ao adepto de um credo religioso, tecer comentários favoráveis sobre o credo da outra Igreja tida como adversária. Daí as conclusões apressadas de muitos, baseadas em meras aparências.

As pessoas mais esclarecidas interpretam as idéias de Dom Salomão e suas várias mudanças de Igreja como o esforço para a construção de uma Igreja unificada na fé em torno de Cristo. Na verdade, sua transferência da Igreja Presbiteriana para a Episcopal não se deu por acaso, nem foi movida por interesses egoísticos pessoais, mas sim, por não ter sido tolerado na primeira e ser muito bem-vindo na segunda. A Igreja Católica Livre foi criada em virtude da dupla intolerância religiosa existente na época. Primeiro, ao adotar nas celebrações os rituais semelhantes ao da Igreja Romana, Dom

Salomão entrou em choque com a intransigência das comunidades protestantes; por isso, uma vez desligado da Igreja Episcopal, não viu possibilidade de ingressar em nenhuma das outras comunidades evangélicas. Segundo, na Igreja Romana também não seria recebido, porque era protestante, e era casado. Para continuar realizando seu ideal, Dom Salomão não encontrou outra solução a não ser aquela, de instituir sua própria Igreja, condizente com sua situação civil, intelectual, moral, e seu ideal, nela militando num período de 22 anos, etapa mais extensa de sua longa vida sacerdotal.

Dom Salomão Ferraz sonhava com uma Igreja perfeita e trabalhava com afinco para realizar seu sonho; empenhou seu corpo, sua alma e seu talento no aperfeiçoamento das práticas, doutrinas e rituais religiosos, dando-lhes novas significações mais consentâneas com as verdades divinas. Não fora tolerado também na Igreja Episcopal pelo Bispo Thomas, mas não desejou sair dela; pensou, discutiu muito antes de fundar a nova Igreja. Seu desligamento da Igreja Episcopal parece não ter sido muito bem aceito por muitos de seus clérigos, que chegaram a interpelar seu bispo. Na administração dos bispos nacionais, a Igreja Episcopal passou a adotar um ritual mais aproximado com relação ao da Igreja Romana: o uso dos círios no altar e o sinal da cruz nos cultos. Pode-se, então, afirmar que as divergências de Dom Salomão Ferraz com o Bispo Thomas eram de ordem meramente ritualística, surgidas em 1935, que motivaram o desligamento daquele da Igreja Episcopal.

Em virtude das dificuldades encontradas na divulgação de suas idéias na imprensa evangélica, o então Rev. Salomão criava seus próprios meios de divulgação, através da *A Espada*, na Bahia, *O Clarim*, no Rio de Janeiro, *O Aleluia*, em São Paulo, e *O Católico Livre*. Os jornais evangélicos eram usados, em geral, pelos polemistas adversários para combater essas idéias. A imprensa secular sempre se interessou em ter Dom Salomão como um de seus colaboradores, por exemplo, O Estado de São Paulo, que lhe rendeu homenagem por ocasião da comemoração do centenário de seu nascimento, o Diário de São Paulo e outros. Através da imprensa secular granjeava muitos

amigos, e não, poucos admiradores. Sua congregação – seu “rebanho” – não se limitava à Igreja da qual era pastor, mas estava espalhada pela humanidade inteira.

Dom Salomão sentia uma poderosa atração pelo pomposo, pelo ritual, aos quais dava desusada ênfase, muito embora tivesse, por várias vezes, negado este pendor. O ritual da Igreja Romana o fascinava; por isso resolveu aperfeiçoar o ritual da Igreja Católica Livre, para aproximá-lo da Igreja Romana, mas em língua portuguesa, organizando o “Missal Brasiliense”. Aceitou sua transferência para a Igreja Romana, menos por este motivo, mas sim para cumprir sua missão ecumênica junto à poderosa Igreja, na época liderada por um papa igualmente ecumênico, o Papa João XXIII. Nesta instituição trabalhou e conseguiu, pela extinção de uma de suas instituições, a celebração da missa em latim.

Nas cidades em que residia, procurava sempre entrar em relações de amizade com os padres da Igreja Romana. Em Rio Claro, nos cinco anos de permanência, residiu na casa da então conhecida Chácara dos Padres, à rua 8, nº 104(da época). Em suas visitas a outras cidades, sempre que se lhe oferecia a oportunidade, visitava os respectivos padres da Igreja Romana. Nesta Igreja desempenhou oficialmente a missão de porta-voz, na América Latina, do grande movimento ecumênico deflagrado no Concílio Vaticano II.

Vê-se pois, que as transferências de uma Igreja para outra não se fizeram por mera esquisitice, por inquietude, volubilidade, mas sim, obrigado pelas circunstâncias; e adquiriam um significado cada vez mais profundo, ou seja, o desejo de levar ao triunfo sua missão de promover a união das Igrejas. Para tanto, não titubeou em criar situações cada vez mais favoráveis ao exercício de seu ministério. Galgou pessoalmente os vários degraus para atingir o ápice do Ecumenismo, a união espiritual das Igrejas cristãs e não cristãs sob a direção de um único pastor, Cristo.

Do Revmº Bispo Primaz da Igreja Episcopal, Dom Arthur R. Kratz, em carta a nós enviada, destaca-se:

“Entretanto, a muitos ouvi falar com admiração e respeito profundo sobre a vida e trabalho de Dom Salomão, marcados por intensa piedade, solida cultura e um enorme amor pela causa do Evangelho, principalmente pela unidade cristã, na qual foi um dos grandes pioneiros.

Embora incompreendido por alguns na época, o Rev. Salomão Ferraz permaneceu como um dos grandes vultos na história da Igreja Episcopal e, mesmo, da Igreja Universal. Por isso, hoje, a Igreja Episcopal cultiva carinhosamente a sua memória como um de seus grandes filhos.

“De claridade em claridade”, afirmou Eurípedes Cardoso de Menezes em programa de rádio, frase esta repetida pelo Pe. Nicolau Rossetti, ao apresentar o opúsculo *A União das Igrejas*.

Valeu a pena todo esse esforço de Dom Salomão? Pode-se afirmar que este não desperdiçou seu tempo nem seus esforços; pelo contrário, a semente lançada por ele produziu resultados, cujos primeiros frutos chegou a ver. Dentre eles, destacaremos três: a celebração das cerimônias no vernáculo, o movimento ecumênico em franco progresso e a Ordem de Santo André. Ao lado do movimento ecumênico, talvez tenha sido a missa do vernáculo a maior transformação por que passou a Igreja Católica Romana, razão do recrudescimento do sentimento religioso por parte dos fiéis e do aumento do número de vocações sacerdotais observado nos últimos tempos. O Pe. Rossetti, na Missa de Corpo Presente de Dom Salomão, declarou solenemente: “Se temos hoje a missa em português, devemos aos grandes esforços deste homem”. Idênticas manifestações ouvimos de outros bispos e padres.

Do movimento deflagrado do Concílio Vaticano II surgiu, unida, fortalecida, engrandecida, a Igreja – ou a religião – adquirindo novas e poderosas forças para enfrentar o mal que impera no mundo inteiro. Nenhum reino dividido contra si mesmo consegue prosperar. O trabalho unificador, integrador de João XXIII e de Salomão Ferraz veio proporcionar à Igreja, como instituição universal, a força de que estava necessitado para desempenhar sua missão. A luta, agora, não é

mais entre instituições religiosas, mas de uma Igreja unificada, no esforço para a realização do bem comum.

Não é sem razão que a Dom Salomão Ferraz, em virtude da parte que lhe coube realizar, é atribuído o cognome de *Pai do Ecumenismo no Brasil*.

Dentre as realizações do biografado destaca-se a Ordem de Santo André, fundada em 17 de junho de 1928, em São Paulo, quando ainda era pároco da Igreja Episcopal Brasileira. Foi ele Presidente da Ordem, Bispo Primaz e Bispo Superior, desde sua fundação. Dom Salomão envidou ingentes esforços junto às autoridades aclesiásticas no Brasil e em Roma, no sentido de transferir para a Igreja Romana os padres da Ordem de Santo André, sobretudo por ocasião do Concílio Vaticano II. Ao ingressar na Igreja Romana, estava certo de levar consigo os padres casados da O.S.A. na verdade, o Papa João XXIII via com simpatia esta transferência, tanto é que os sacerdotes da O.S.A. chegaram a fazer a Profissão de Fé Católica: Mas, falecendo João XXIII, seu sucessor não seguiu a mesma linha de pensamento e, já nas últimas sessões do Concílio, Dom Salomão percebeu, por informações da Secretaria do Vaticano, que eles não mais seriam aceitos. A razão, pensamos nós, só poderia ser esta: serem casados.

A Ordem de Santo André está hoje sob a direção de seu 3º Bispo, Dom Ulysses Moreira de Araujo. Nascido a 7 de fevereiro de 1931, em Redenção da Serra-SP, fez o curso primário em Avaré-SP, o colegial e o seminário menor em Botucatu-SP. Estudou Filosofia e Teologia no Seminário Central da Imaculada Conceição, no bairro do Ipiranga, em São Paulo, e recebeu a ordenação sacerdotal em 8 de dezembro de 1954 na Catedral de Botucatu, da qual foi Vigário Cooperador em 1955. Foi Cônego Catedrático em 1960, Cura da Sé Catedral da mesma cidade de 1960 a 1964 e pároco de diversas paróquias da Arquidiocese de Botucatu. Admitido na Ordem de Santo André em 1975, assumiu a Paróquia de Nossa Senhora das Graças no Parque Bristol, desde 1976. Recebeu o título de Monsenhor em 1982. Tornou-se Vigário Geral e Chanceler da O.S.A. em abril de 1986 e foi eleito seu 3º Bispo Superior Geral em 18 de maio de 1986. Recebeu a

Sagração Episcopal em 8 de junho deste mesmo ano. Lecionou em várias escolas da Capital, de 1969 a 1981.

Diversas homenagens têm sido prestadas a Dom Salomão. Receberam seu nome: A Fraternidade Sacerdotal Ecumênica; oficializada em 16 de junho de 1988; uma das ruas da Vila Andrade, na Capital de São Paulo; o Museu Salomão Ferraz, em 1988, onde serão conservados seus pertences. Objetos, vestes, condecorações, documentos, obras escritas, etc. O Rev. Orlando Ferraz, ao ser eleito, em 15 de novembro de 1981, para a Cadeira nº 15 da Academia de Letras e Ciências de Osasco, apresentou Dom Salomão Ferraz como patrono dessa cadeira.

OBRAS PUBLICADAS

Colaboração – Artigo na Revista das Missões Nacionais
13/11/1903

Discurso – Lançamento da pedra fundamental do templo evangélico
de Canavieiras (1909)

Princípios e Métodos – (1915)

Preliminar

Uma só Igreja

Falso e verdadeiro

Um só batismo

Manifesto do Clero Evangélico do Rio de Janeiro
(1922)

Oração da Pedra (1924)

Manual de Orações (1925)

A Santa Igreja Católica (1930)

Preâmbulo

Definindo objetivos

A unidade de Igreja

A Fé Nacional (1932)

I – *Restauração*

Restauração

Catolicismo

Católico ou protestante

Pragmatismo

Simplismo

Religião que vence

A irmandade

Alma católica

O livro

Ismos

II – *Brasilidade*

Brasilidade

Religião nacional

O cavaleiro

O maior valor
O anjo do Senhor
O homem livre
A questão romana
Igreja nacional
Nacionalismo
Igreja oficial
O Embaixador
Divina credencial

III – *O Reino Espiritual*

O espírito de reverência
A sede suprema
Superstição e fé
Religião espiritual
Sacramental
A cova dos leões
Semana Santa

IV – *No Cenáculo*

A Missa
Comunhão dos Santos
A Ceia do Senhor
Endoenças – a transubstanciação
A unidade da Igreja

V – *A Fé Nacional*

César e Barrabás
Conclusões

A Igreja e a Sinagoga (1936)

O Sacerdócio Cristão (1940)

Maioridade Nacional Civil e Religiosa (1941)

O Arrebol da Aurora (1959)

A União das Igrejas (1962)

Reforma Disciplinar (1964)

BIBLIOGRAFIA

ADOLFS, *Cinco problemas que desafiam a Igreja de hoje.*

São Paulo, Herder, 1970.

CAPRI, Pier. *As profecias do Papa João XXIII.* Rio de Janeiro/São Paulo, DIFEL, 1976.

CATECISMO, O novo. São Paulo, Loyola, 1970.

FERRAZ, Hermes. *A formação do engenheiro, um questionamento humanístico.* São Paulo, Ática, 1983.

FERRAZ, Salomão (Rev). *Princípios e métodos.* Rio Claro, S.e., 1915.

FERREIRA, Júlio A. (Rev.). *Histórias da Igreja Presbiteriana do Brasil.* São Paulo, Presbiteriana, 1959.

FREITAS, Geraldo A. de (Dom). *Igreja Brasileira, abençoada rebeldia.* São Paulo S.e., 1987.

FROMM, Erich. *Psicanálise da sociedade contemporânea.* Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

GUIA ECUMÊNICO. *Estudos da CNBB – 21.* São Paulo, Paulinas, 1984.

LEÃO XIII. *A doutrina social da Igreja.* Rio de Janeiro, Laemmert, 1968.

LESSA, V.Themudo (Rev.). *Anais da 1ª Igreja Presbiteriana de São Paulo. 1ª Igreja Independente de São Paulo,* 1938.

NOGUEIRA, Julio C. (Rev.). *A moral cristã.* São Paulo, S.e., 1942.